

# REGIÃO CENTRO



## BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2011

10



# [índice]

## CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 09** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 25** Projecto MIT–Mobilidade, Inovação e Território

## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 28** Região Centro: um território diversificado  
Uma análise por Nuts III

## [ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Junho de 2011 | Fotografia da capa: Vitor Ribeiro | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: QUILATE - Artes Gráficas, Lda | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt  
www.ccdrc.pt





No primeiro trimestre de 2011, a actividade económica nacional registou uma ligeira contracção. O Produto Interno Bruto diminuiu 0,6% em termos homólogos, resultado da diminuição da procura interna, nomeadamente do consumo das famílias e do investimento. A taxa de desemprego nacional fixou-se nos 12,4% e o nível geral dos preços voltou a agravar-se. Consequentemente, a percepção dos consumidores e dos empresários foram mais negativas neste trimestre. Apenas as exportações registaram um comportamento muito positivo, tendo crescido 8,5% neste trimestre.

Os principais indicadores relativos ao mercado de trabalho continuam a evidenciar uma situação mais favorável na Região Centro do que em Portugal. No primeiro trimestre de 2011, a taxa de actividade regional era de 62,3% enquanto a nacional era de 61,5%. Também a taxa de emprego era superior na região do que no país. Simultaneamente, a taxa de desemprego regional fixou-se em 9,7%, resultado de 124,2 mil desempregados. A maioria do desemprego na região afecta, em particular, as mulheres, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, os que procuram um novo emprego e os que estão em situação de desemprego há 12 meses ou mais.

No sector empresarial, os constrangimentos financeiros continuam muito fortes, tanto na região como a nível nacional: registou-se o maior decréscimo homólogo real dos empréstimos concedidos às empresas e o valor mais elevado do indicador crédito vencido em percentagem do crédito concedido. Apesar das maiores dificuldades de financiamento junto do sistema bancário, o número de empresas constituídas aumentou substancialmente e o número de insolvências registou um crescimento homólogo menos acentuado do que nos trimestres anteriores. Também as relações das empresas com o mercado externo se mantêm positivas, tendo-se registado um aumento homólogo das exportações nacionais. Já ao nível regional, apenas as exportações extra-comunitárias registaram uma variação positiva.

Até 31 de Março de 2011, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas 10.402 operações individuais na Região Centro. Estes projectos de investimento representavam um investimento total de 7,9 mil milhões de euros e 3,8 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão aprovados para a região. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até ao final do primeiro trimestre de 2011, tinham sido aprovados 2.077 projectos individuais com uma comparticipação de FEDER de 1,1 mil milhões de euros. Nesta data, a taxa de execução no Mais Centro era já de 19,2%, o que representava um aumento muito significativo face a Março de 2010 (em que esta taxa se ficava pelos 4,9%).

# [CONJUNTURA]

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

No primeiro trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto diminuiu 0,6% em termos homólogos, o que se deveu à diminuição da procura interna (tanto do consumo das famílias como do investimento). A taxa de desemprego nacional fixou-se nos 12,4% e o nível geral dos preços voltou a agravar-se. Apenas as exportações registaram um comportamento positivo, tendo crescido 8,5% neste trimestre.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
PIB <sup>1</sup>	v. h. (%)	-0,6	1,0	1,2	1,4	1,8	1,4	-2,5
Procura interna	v. h. (%)	-3,2	0,1	-0,8	2,0	1,4	0,8	-2,9
Consumo das famílias	v. h. (%)	-2,1	1,1	2,1	3,2	3,0	2,0	-1,0
Taxa de investimento	%	18,2	18,8	19,0	19,1	19,3	18,8	20,2
Exportações	v. h. (%)	8,5	7,8	8,6	9,6	9,2	8,7	-11,6
Importações	v. h. (%)	-0,8	3,8	1,3	9,7	6,2	5,3	-10,6
VAB	v. h. (%)	-0,7	0,3	1,2	1,5	2,1	1,3	-2,3
Taxa de desemprego	%	12,4*	11,1	10,9	10,6	10,6	10,8	9,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,7	2,4	1,9	1,0	0,3	1,4	-0,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	-48,4	-50,2	-37,4	-40,1	-35,4	40,8	-38,5
Indicador de clima económico	%	-1,4	-0,6	0,0	-0,1	-0,6	-0,3	-1,7
	USD	1.367	1.359	1.291	1.273	1.384	1.327	1.393
Taxa de câmbio USD/EUR	v. h. (%)	-1,2	-8,0	-9,8	-6,5	6,3	-4,8	-5,3

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro  
 \* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação directa com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

No primeiro trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 0,6% face ao trimestre homólogo de 2010<sup>2</sup> (Quadro 1). O decréscimo do PIB deveu-se neste trimestre à diminuição ocorrida na procura interna, uma vez que a procura externa registou um crescimento elevado.

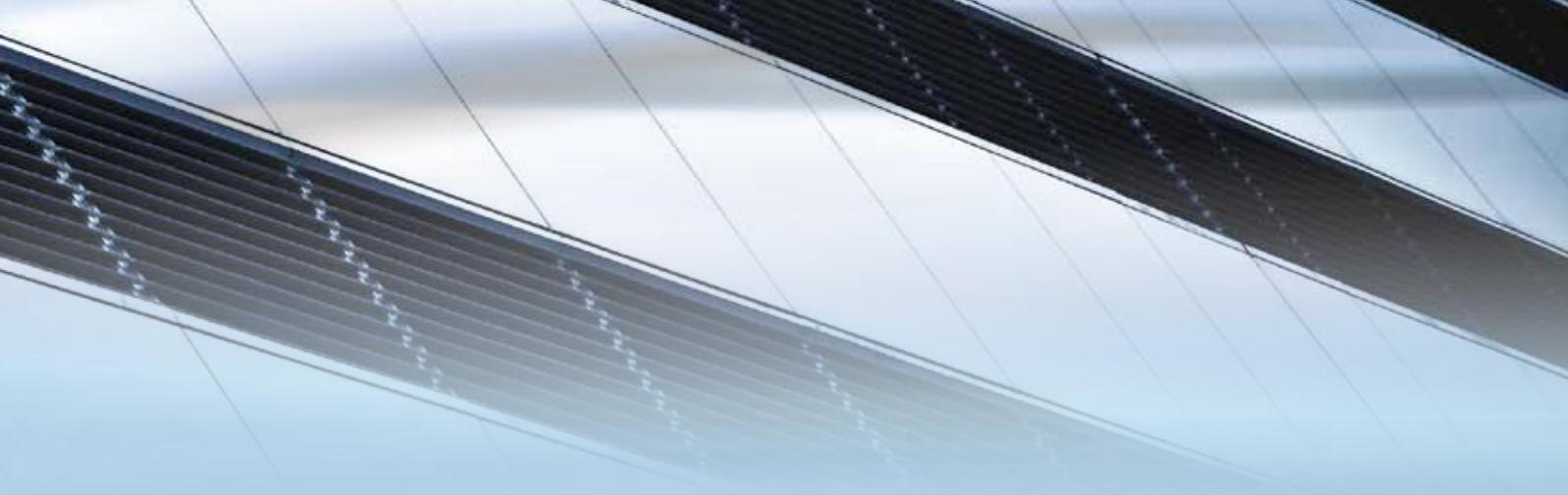
A procura interna diminuiu 3,2%, em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2011, o que resultou em grande medida da queda observada nas despesas de consumo final das famílias (-2,1%). Recorde-se que o consumo das famílias não registava uma diminuição homóloga desde o terceiro trimestre de 2009. Também o investimento registou uma diminuição homóloga de 5,9%. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) foi, neste trimestre, de 18,2%, registando um novo mínimo deste indicador para a série iniciada em 1995<sup>3</sup>.

No que respeita ao mercado externo, a situação é mais favorável, tendo-se verificado um aumento homólogo expressivo das exportações (8,5%). As importações reflectiram de algum modo o comportamento da procura interna, diminuindo neste trimestre 0,8%. As importações não registavam uma diminuição homóloga desde o final de 2009. Em termos líquidos, as exportações e as importações contribuíram de forma positiva para o PIB.

<sup>1</sup> Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

<sup>2</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

<sup>3</sup> O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu, em termos homólogos, 0,7%. O decréscimo do VAB contrastou com as variações homólogas positivas observadas desde o primeiro trimestre de 2010. O VAB apenas registou uma variação homóloga positiva nos ramos da “indústria” (2,6%), das “actividades financeiras, de seguros e imobiliárias” (1,9%) e da “agricultura, silvicultura e pescas” (0,7%). É ainda de destacar que o comportamento positivo do VAB do ramo da “indústria” se deve em grande parte ao crescimento das vendas para o mercado externo.

Relativamente ao mercado de trabalho, no primeiro trimestre de 2011, a taxa de desemprego nacional foi de 12,4%. Apesar deste valor ser o primeiro de uma nova série de dados divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), deixando assim de ser comparável com os valores divulgados nos trimestres anteriores, é de destacar o valor elevado que assumia nesta data.

Também o nível geral dos preços dos bens e serviços evidenciou um novo agravamento no primeiro trimestre de 2011. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, neste trimestre, o maior aumento homólogo dos últimos anos (3,7%). Este aumento reflecte, em parte, a alteração da taxa normal de IVA de 21% para 23% a partir de 1 de Janeiro de 2011. O nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo apenas na classe de bens “vestuário e calçado” (-5,1%). As restantes 11 classes de bens do IPC registaram um acréscimo homólogo do nível médio dos preços, tendo-se destacado com um crescimento superior a 6% as classes “transportes” (9,8%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (7,8%) e “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (6,1%).

A percepção dos agentes económicos (consumidores e empresários) deteriorou-se no primeiro trimestre de 2011 face ao trimestre homólogo. Relativamente ao trimestre anterior, o indicador de confiança dos consumidores<sup>4</sup> do INE reflectiu uma ligeira melhoria das expectativas dos consumidores, tendo, no entanto, mantido valores muito negativos. Já a confiança dos empresários relativamente à actividade económica voltou a diminuir no primeiro trimestre de 2011, a avaliar pelo indicador de clima económico<sup>5</sup> do INE.

<sup>4</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>5</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>6</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

Por último, uma breve nota sobre a evolução da taxa de câmbio<sup>6</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro). No primeiro trimestre de 2011, registou-se uma diminuição homóloga de 1,2%, assistindo-se assim a uma nova desvalorização do euro face ao seu valor no trimestre homólogo. Esta desvalorização poderia ter favorecido a colocação dos produtos exportados portugueses no mercado internacional fora da União Europeia (UE) dado que igual quantidade de bens exportados era agora mais barata do que no trimestre homólogo. Todavia, analisando o comportamento trimestral da taxa de câmbio ao longo do ano de 2010, verificou-se que, apesar das variações homólogas terem sido negativas (resultando em exportações mais baratas face aos valores de 2009), as taxas de câmbio apresentaram acréscimos sucessivos do seu valor, ou seja, correspondendo a valorizações do euro face ao dólar. Esta situação pode ter potenciado, neste período, uma redução da competitividade das exportações pelo efeito do aumento de preços nos mercados extra-comunitários.

## MERCADO DE TRABALHO

Para o primeiro trimestre de 2011, os principais indicadores relativos ao mercado de trabalho, divulgados a partir da nova série de dados iniciada neste trimestre, reportam uma situação mais favorável na Região Centro<sup>7</sup> do que em Portugal. De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de actividade regional situou-se em 62,3%, a taxa de emprego em 56,2% e a taxa de desemprego em 9,7%. Já para Portugal os valores atingiram 61,5%, 53,9% e 12,4%, respectivamente.

No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. A adopção de um novo modo de recolha da informação, que inclui, maioritariamente, entrevistas telefónicas, em detrimento das entrevistas presenciais, exigiu a introdução de alterações ao questionário. Essas alterações prenderam-se com o desdobração de questões, a melhor operacionalização dos conceitos, os critérios de classificação dos indivíduos, os filtros e as opções de resposta. Foram ainda adoptadas novas tecnologias no processo de desenvolvimento e supervisão do trabalho de campo.

Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação directa com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série. Por este motivo, a análise reportada ao ano 2011, desenvolvida neste capítulo, tradicionalmente efectuada com recurso a variações homólogas, não é agora concretizável pela falta de dados comparáveis. A opção do “Região Centro – Boletim Trimestral” foi alterar o formato deste capítulo durante 3 trimestres até ser possível retomar a anterior forma de apresentação da informação. Desta forma, neste trimestre a análise incidirá sobre a estrutura das rubricas e nos dois trimestres seguintes efectuada uma análise à sua evolução trimestral.

Na Região Centro, a população activa<sup>8</sup> ascendeu a 1.277,6 milhares de indivíduos, no primeiro trimestre de 2011 (Quadro 2). A taxa de actividade (15 e mais anos)<sup>9</sup> regional atingiu 62,3%, valor superior ao nacional que se cifrou em 61,5%. Na Região Centro, a taxa de actividade masculina (69,5%) registou um valor substancialmente superior à feminina (55,7%).

A desagregação da população activa na Região Centro permite identificar que o peso dos empregados era de 90,3% e o dos desempregados de 9,7%, no primeiro trimestre de 2011. Já em Portugal, a desproporção era um pouco menos expressiva, correspondendo os empregados a 87,6% da população activa e os desempregados a 12,4%.

A população inactiva<sup>10</sup> da Região Centro compreendia 1.097,5 mil indivíduos, no primeiro trimestre de 2011. Destes, 31,4% respeitavam a reformados do trabalho, 17,4% a estudantes com 15 e mais anos de idade e 8,8% a pessoas domésticas. Os estudantes entre os 5 e os 14 anos e os pensionistas, que na anterior série do Inquérito ao Emprego estavam integrados, respectivamente, nas rubricas “estudantes” e “reformados”, com a publicação da nova série de dados passaram a integrar, essencialmente, a rubrica “outros” inactivos, a qual representou 42,4% da população inactiva, no primeiro trimestre de 2011, valor 2,0 p.p. inferior ao verificado para Portugal.

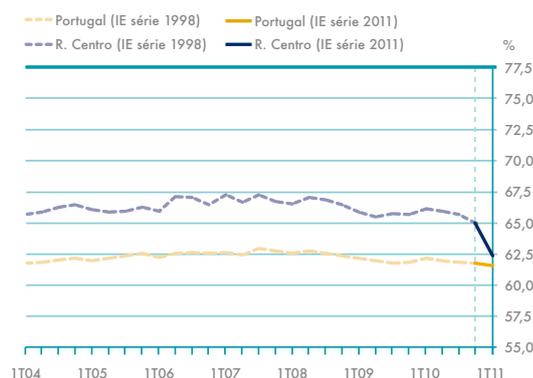
<sup>7</sup> A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

<sup>8</sup> Segundo o INE, toma-se como população activa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”.

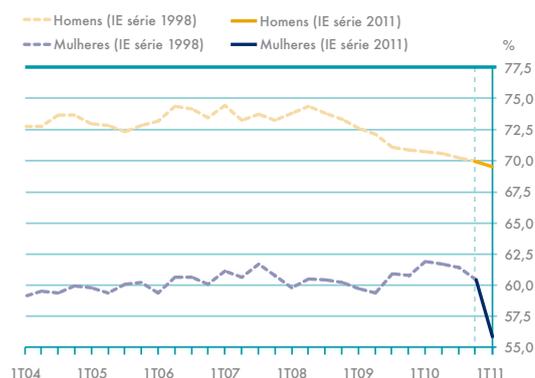
<sup>9</sup> A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, “permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)”.

<sup>10</sup> A população inactiva é “o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório”.

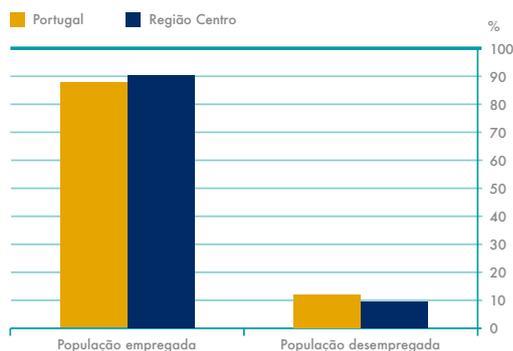
Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



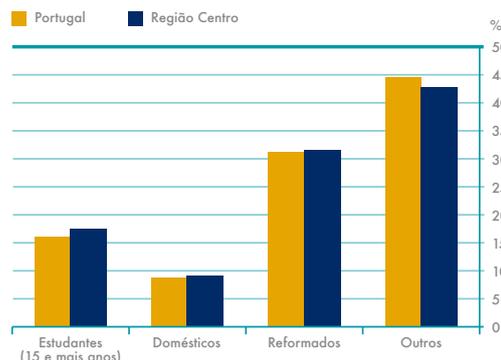
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



## População activa em Portugal e na Região Centro



## População inactiva em Portugal e na Região Centro por condição perante o trabalho



Quadro 2 – Actividade

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009	
		média trimestral							
Taxa de actividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	61,5	61,7	61,8	61,9	62,1	61,9	61,9	
Região Centro	%	62,3	64,9	65,6	65,9	66,1	65,6	65,6	
Homens	%	69,5	69,9	70,2	70,5	70,7	70,4	71,6	
Mulheres	%	55,7	60,3	61,3	61,6	61,8	61,2	60,1	
População activa – Região Centro		milhares	1.277,6	1.332,5	1.345,5	1.350,8	1.355,3	1.346,0	1.347,8
Empregados	milhares	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.242,8	1.255,1	
Desempregados	milhares	124,2	102,5	99,2	104,0	107,2	103,2	92,7	
População inactiva* – Região Centro		milhares	1.097,5	1.047,2	1.034,1	1.028,4	1.024,4	1.033,5	1.035,2
Estudantes	milhares	190,8	387,0	364,9	378,1	384,8	378,7	386,0	
Domésticos	milhares	96,8	101,0	101,9	97,9	95,5	99,1	101,3	
Reformados	milhares	345,0	374,0	370,9	371,1	369,0	371,2	367,0	
Outros	milhares	464,9	185,1	196,5	181,3	175,0	184,5	181,0	

\*A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inactividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

No primeiro trimestre de 2011, a taxa de emprego<sup>11</sup>, em Portugal posicionou-se em 53,9% e na Região Centro em 56,2% (Quadro 3). Em termos da sua distribuição por sexo, na Região Centro, verificou-se que a taxa de emprego feminina (49,5%) ficou bastante aquém da taxa registada para o sexo masculino (63,6%), algo que também se verificou a nível nacional, embora de forma menos pronunciada.

A população empregada, na Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, que atingiu 1.153,4 mil indivíduos, representava 23,7% dos trabalhadores portugueses e compreendia, na região, uma força de trabalho feminina de 45,9% e masculina de 54,1%. Quanto à estrutura etária, a população empregada da Região Centro afigurou-se, no primeiro trimestre de 2011, com um peso de jovens inferior e com uma proporção de empregados do escalão etário 45 anos ou mais superior às registadas em Portugal.

Na Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, a maioria da população empregada (52,9%) concentrava-se no sector dos serviços, sendo de destacar o peso das rubricas "Outros serviços" (25,1%), onde sobressaíam as actividades relacionadas com educação, saúde humana e apoio social, e do "Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações" (23,0%). O sector secundário (composto pelas classes "Indústria, incluindo energia, gás e água" e "Construção") ocupava 30,4% da população empregada. Já na "Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal" trabalhavam 16,7% da população empregada.

Relativamente à situação na profissão, é de realçar o peso assumido pelos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro que, no primeiro trimestre de 2011, representavam 70,7% da população empregada, valor ainda assim, inferior ao verificado em Portugal (78,4%). Os trabalhadores por conta própria na região eram proporcionalmente mais significativos do que a nível nacional denotando um maior empreendedorismo daquele território. Os trabalhadores

<sup>11</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

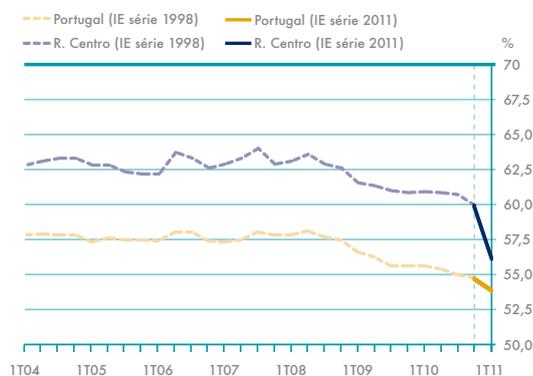
por conta própria compreendiam empregadores e, maioritariamente, trabalhadores isolados, representando, na Região Centro, 78,7% da população empregada por conta própria, no primeiro trimestre de 2011.

No que respeita aos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, eles caracterizavam-se por, em 77,7% dos casos, apresentarem contrato sem termo, por trabalharem essencialmente a tempo completo (92,3%) e por possuírem, maioritariamente, formação ao nível do ensino básico (58,3%). A nível nacional a sua caracterização era semelhante. A diferença mais significativa, no primeiro trimestre de 2011, residiu nas habilitações literárias uma vez que o peso dos trabalhadores por conta de outrem portugueses com ensino básico era menos expressivo (55,3%) do que a nível regional (58,3%), enquanto que aqueles que detinham habilitações de nível superior (20,8%) eram mais expressivos do que a nível regional (18,1%).

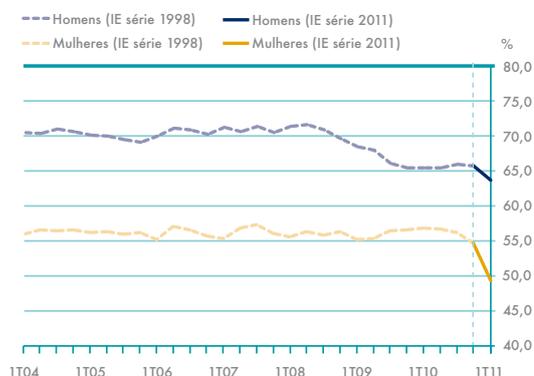
<sup>12</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

<sup>13</sup> Segundo o INE, a população empregada por conta de outrem decompõe-se em "Contrato sem termo", "Contrato com termo" e "Outro contrato".

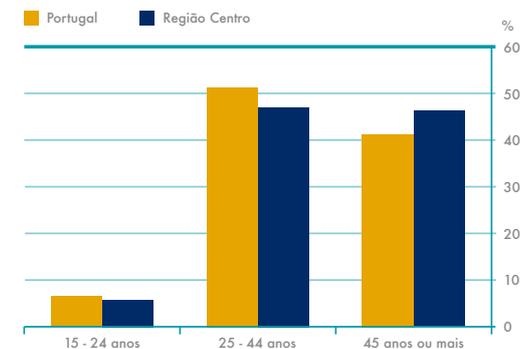
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



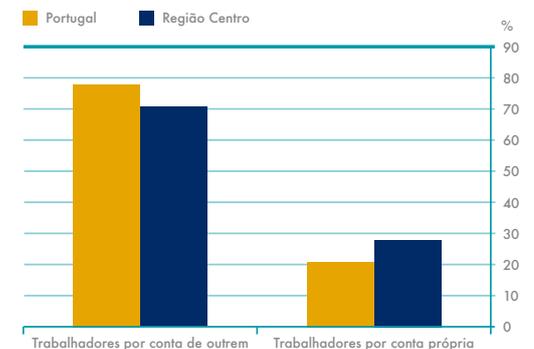
Taxa de emprego na Região Centro por sexo



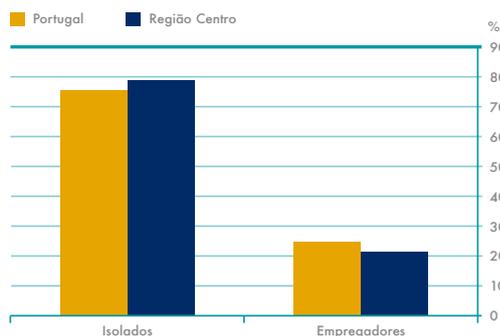
População empregada em Portugal e na Região Centro por idades



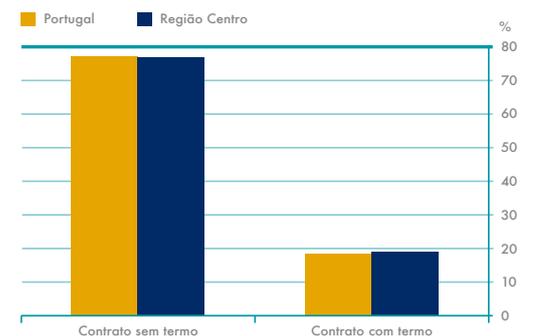
População empregada em Portugal e na Região Centro por situação na profissão<sup>12</sup>



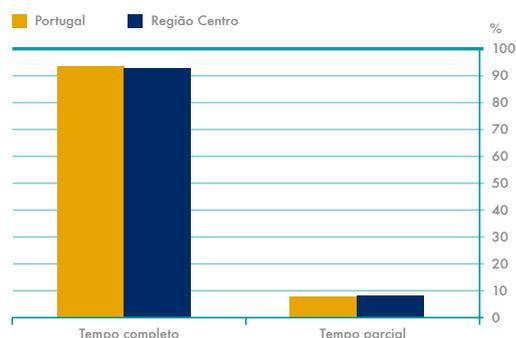
População empregada por conta própria em Portugal e na Região Centro



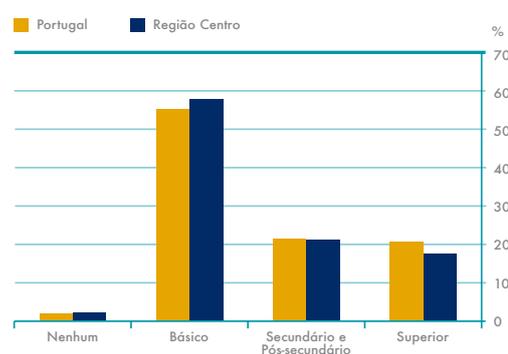
População empregada por conta de outrem em Portugal e na Região Centro por contrato de trabalho<sup>13</sup>



População empregada por conta de outrem em Portugal e na Região Centro por regime de duração de trabalho



População empregada por conta de outrem em Portugal e na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo



Quadro 3 – Emprego

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010 média trimestral	2009	
<b>Taxa de emprego (15 e mais anos)</b>									
Portugal	%	53,9	54,8	55,0	55,4	55,6	55,2	56,0	
Região Centro	%	56,2	59,9	60,7	60,8	60,9	60,6	61,2	
Homens	%	63,6	65,7	65,9	65,4	65,4	65,6	66,9	
Mulheres	%	49,5	54,6	56,0	56,6	56,7	56,0	55,8	
15 - 24 anos	%	27,5	28,5	29,8	30,5	30,5	29,8	32,1	
65 anos ou mais	%	22,3	29,5	29,9	30,7	32,0	30,5	33,1	
<b>População empregada – Região Centro</b>		milhares	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.242,8	1.255,1
Homens	milhares	624,3	646,4	648,3	642,5	642,4	644,9	658,3	
Mulheres	milhares	529,1	583,6	598,0	604,3	605,7	597,9	596,9	
15 - 24 anos	milhares	69,1	71,6	75,5	77,8	78,4	75,8	84,0	
25 - 44 anos	milhares	545,9	561,6	571,7	571,2	564,5	567,3	566,8	
45 anos ou mais	milhares	538,4	596,9	599,2	597,7	605,2	599,8	604,2	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	milhares	192,4	247,2	249,5	249,0	264,8	252,7	269,3	
Indústria, incluindo energia, gás e água	milhares	223,9	227,3	231,5	235,2	230,5	231,2	240,1	
Construção	milhares	126,7	136,4	133,2	123,3	118,7	127,9	128,3	
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	milhares	265,0	272,0	282,7	275,5	286,5	279,2	273,7	
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	milhares	56,0	59,3	67,1	61,7	50,3	59,7	56,0	
Outros serviços	milhares	289,5	287,7	282,3	302,0	297,3	292,3	287,8	
<b>Trabalhadores por conta de outrem</b>		milhares	815,3	845,6	859,1	855,8	841,0	850,4	839,9
Contratos sem termo	milhares	633,1	669,5	670,6	669,5	650,0	664,9	667,0	
Contratos com termo	milhares	154,4	156,0	166,4	170,6	173,3	166,6	154,2	
Tempo completo	milhares	752,6	799,3	811,5	804,8	790,0	801,4	784,4	
Tempo parcial	milhares	62,7	46,4	47,6	51,0	50,9	49,0	55,6	
Nenhum grau de escolaridade	milhares	20,6	12,1	11,3	9,1	12,9	11,4	13,0	
Básico	milhares	475,1	527,3	542,5	542,4	535,5	536,9	549,6	
Secundário e pós-secundário	milhares	172,5	178,6	179,2	172,4	156,6	171,7	153,5	
Superior	milhares	147,2	127,6	126,1	131,9	135,9	130,4	123,9	
<b>Trabalhadores por conta própria</b>		milhares	325,6	368,9	373,5	377,4	392,6	378,1	402,3
Isolados	milhares	256,3	310,8	317,5	320,9	333,5	320,7	346,7	
Empregadores	milhares	69,3	58,1	56,0	56,5	59,0	57,4	55,6	

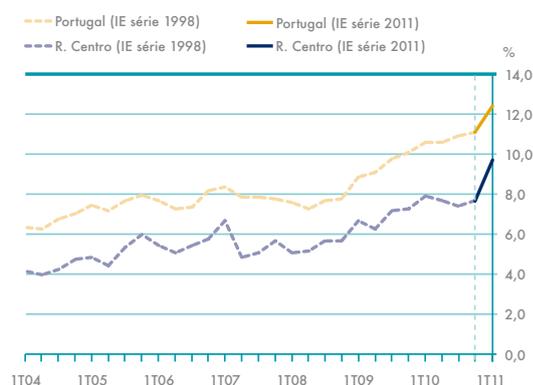
A taxa de desemprego<sup>14</sup>, no primeiro trimestre de 2011, na Região Centro, situou-se em 9,7%, enquanto em Portugal o valor foi mais elevado, tendo atingido 12,4% (Quadro 4). A população feminina foi a mais fustigada pelo desemprego, tendo a respectiva taxa de desemprego alcançado, na Região Centro, valor 2,7 p.p. superior à taxa de desemprego masculina (8,5%). Já numa desagregação por idades verificou-se que a taxa de desemprego mais elevada foi registada ao nível dos jovens (22,2%) e a mais baixa correspondeu aos indivíduos com 45 ou mais anos (6,0%).

<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

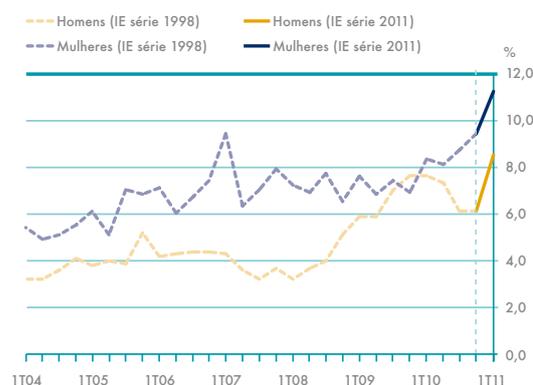
A estrutura do desemprego da Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, compreendia 53,5% de indivíduos do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino. A maioria da população desempregada (56,4%) tinha idade compreendida entre os 25 e os 44 anos. Os jovens entre os 15 e os 24 anos representavam 15,9% dos desempregados da região.

O desemprego, tanto na região como a nível nacional, caracterizou-se por afectar essencialmente indivíduos com experiência profissional, correspondendo os desempregados à procura de primeiro emprego, na Região Centro, a apenas 8,3% do total de desempregados, no primeiro trimestre de 2011. Relativamente à duração da situação de desemprego, no trimestre em referência, a maioria dos desempregados da Região Centro (53,2%) compreendia desempregados de longa duração, ou seja, indivíduos que não encontravam emprego há 12 meses ou mais.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro



Taxa de desemprego na Região Centro por sexo



Quadro 4 – Desemprego

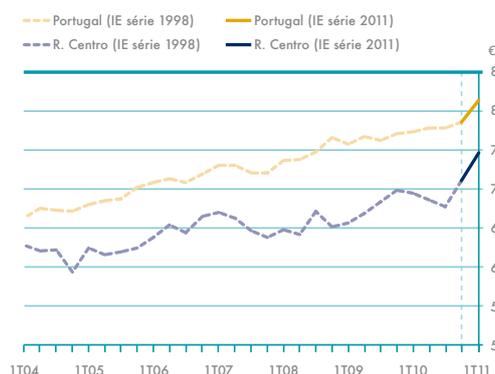
		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009	
								média trimestral	
<b>Taxa de desemprego</b>									
Portugal	%	12,4	11,1	10,9	10,6	10,6	10,8	9,5	
Região Centro	%	9,7	7,7	7,4	7,7	7,9	7,7	6,9	
Homens	%	8,5	6,1	6,1	7,3	7,6	6,8	6,6	
Mulheres	%	11,2	9,4	8,7	8,1	8,3	8,6	7,2	
15 - 24 anos	%	22,2	17,4	19,9	14,9	17,1	17,3	16,1	
25 - 44 anos	%	11,4	9,4	8,5	9,5	10,0	9,3	8,5	
45 anos ou mais	%	6,0	4,7	4,4	4,9	4,4	4,6	3,8	
<b>População desempregada – Região Centro</b>									
Homens	milhares	124,2	102,5	99,2	104,0	107,2	103,2	92,7	
Mulheres	milhares	57,8	41,8	42,5	50,7	52,5	46,9	46,5	
15 - 24 anos	milhares	66,4	60,7	56,7	53,3	54,7	56,4	46,2	
25 - 44 anos	milhares	19,8	15,1	18,7	13,6	16,2	15,9	16,0	
45 anos ou mais	milhares	70,1	58,0	53,0	59,9	62,9	58,5	52,5	
À procura do primeiro emprego	milhares	34,3	29,3	27,4	30,5	28,1	28,8	24,2	
À procura de novo emprego	milhares	10,3	11,2	11,1	7,8	10,9	10,3	10,5	
Há menos de 12 meses	milhares	113,9	91,3	88,0	96,3	96,3	93,0	82,2	
Há 12 meses ou mais	milhares	58,1	49,1	40,6	38,3	46,9	43,7	50,2	
Há 12 meses ou mais	milhares	66,1	52,9	58,0	65,0	59,7	58,9	41,8	

No primeiro trimestre de 2011, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem portugueses ascendeu a 813€, valor superior ao evidenciado pelos trabalhadores da Região Centro e que se cifrou em 746€.

Numa análise à evolução do Índice de custo de trabalho<sup>15</sup> constatou-se, no primeiro trimestre de 2011, na Região Centro, a maior redução homóloga real dos últimos anos (-5,2%). Também Portugal registou uma diminuição no custo da mão-de-obra, que apesar de menos acentuada do que a regional, contrastou com a variação ocorrida no trimestre anterior. Estas variações poderão estar relacionadas com o facto de, no cálculo deste indicador, o INE utilizar alguma informação proveniente do Inquérito ao Emprego que, como anteriormente referido, apresentou uma alteração de metodologia.

<sup>15</sup> O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

## Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro



## Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



## DESEMPREGO REGISTRADO

O desemprego registado na Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, retomou a trajectória ascendente após três trimestres consecutivos a diminuir, tendo a taxa de desemprego registado retomado o valor de 6,5%. Ainda assim, tanto o valor do desemprego registado como a taxa de desemprego registado apresentaram uma redução face a igual período do ano anterior, algo que já não ocorria há três anos.

<sup>16</sup> A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

Na Região Centro, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) atingiram os 101,5 mil indivíduos, no primeiro trimestre de 2011 (Quadro 5). Este valor resultou num aumento face ao trimestre anterior, marcando uma inversão na tendência de decréscimo no desemprego registado que se vinha a registar desde o início de 2010. Desta forma, a taxa de desemprego registado<sup>16</sup> evidenciou um aumento de 0,1 p.p., face ao último trimestre de 2010, reposicionando-se em 6,5%.

Em relação a igual período do ano anterior foi visível uma diminuição do desemprego, registado no primeiro trimestre de 2011, em particular dos novos desempregados para os quais o decréscimo homólogo atingiu 10,5% (o menor valor observado desde o quarto trimestre de 2007). Deste modo, pela primeira vez em três anos, a taxa de desemprego registado sofreu uma redução homóloga, de 0,4 p.p., no primeiro trimestre de 2011.

Quadro 5 – Desemprego Registado

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado*	milhares	101,5	99,0	101,4	104,8	106,8	103,0	94,8
	v. h. (%)	- 4,9	1,1	8,1	10,5	15,1	8,6	22,3
Taxa de desemprego registado	%	6,5	6,4	6,5	6,7	6,9	6,6	6,1
Novos desempregados	milhares	35,8	34,1	37,6	31,0	40,0	35,7	37,7
	v. h. (%)	- 10,5	- 5,7	- 6,4	- 6,4	- 3,1	- 5,3	10,4
Colocações do IEFP	milhares	5,2	5,1	7,8	6,9	5,5	6,3	5,6
	v. h. (%)	- 5,9	- 9,3	9,5	29,4	29,3	13,3	- 8,3

\* valores médios trimestrais

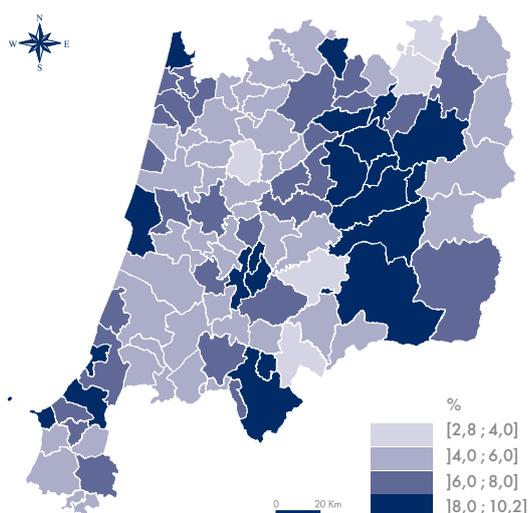
Ao nível sub-regional foi visível uma variação homóloga negativa da taxa de desemprego registado na quase totalidade das NUTS III, no primeiro trimestre de 2011. Exceptuaram-se a Beira Interior Norte e o Pinhal Interior Norte. Dão-Lafões foi a sub-região onde o decréscimo foi mais significativo, tendo

ultrapassado 0,7 p.p., conduzindo a que a taxa de desemprego registado atingisse 7,2%. Apesar disso, o valor verificado nesta NUTS III era bastante superior às taxas de desemprego registado mais reduzidas da região, observadas no Pinhal Interior Sul (5,1%) e no Pinhal Litoral (5,2%). Em relação ao período anterior, as variações foram de sentido contrário das homólogas, apresentando todas as sub-regiões, com excepção da Serra da Estrela e do Baixo Vouga, um aumento na taxa de desemprego registado.

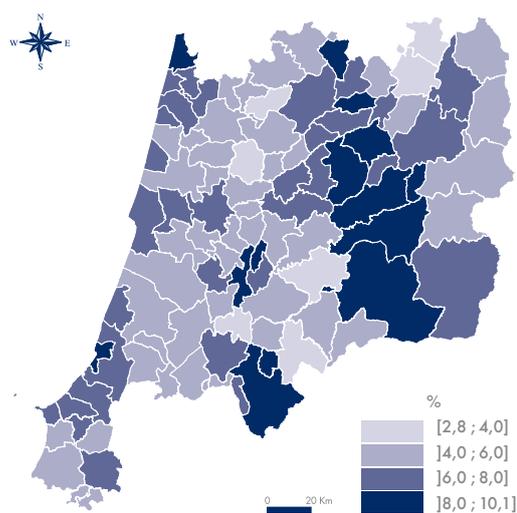
No que respeita à taxa de desemprego registado municipal observada no primeiro trimestre de 2011, na Região Centro, destacam-se, por um lado, os municípios de Oleiros (2,8%), Trancoso (3,2%) e Mortágua (3,3%) por apresentarem os menores valores e, por outro lado, os municípios da Covilhã (10,2%) e Gouveia (9,2%), por evidenciarem, tal como no trimestre anterior, as taxas mais elevadas.

Comparando a taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2011 com a do trimestre anterior, verificou-se um agravamento em 68 municípios, com realce para a Guarda, Manteigas, São Pedro do Sul, Pampilhosa da Serra e Pinhel onde a variação superou 1 p.p.. Já em relação ao primeiro trimestre de 2010, constatou-se um decréscimo em 76 municípios, sete dos quais com diminuições superiores a 1p.p.: Nelas (onde a variação atingiu -1,6 p.p.), Vila Nova de Paiva, Carregal do Sal, Murtosa, Seia, Ovar e Mira.

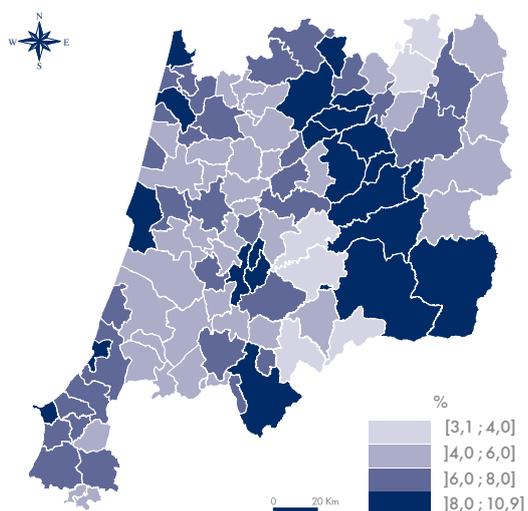
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2011



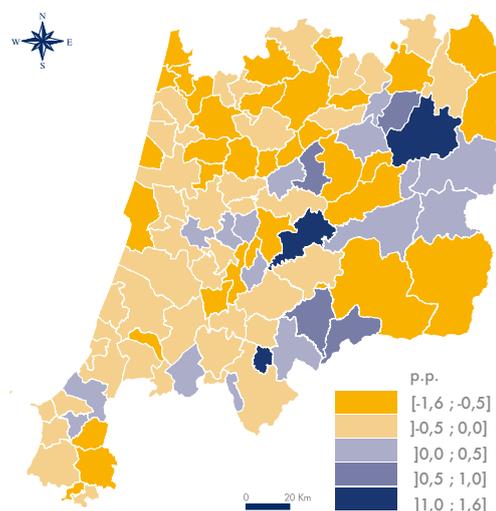
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2010



Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2010



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2011



## EMPRESAS

No primeiro trimestre de 2011 registou-se o maior decréscimo homólogo real dos empréstimos concedidos às empresas e o valor mais elevado de crédito vencido em percentagem do crédito concedido, dos últimos anos. Apesar do aumento das dificuldades financeiras das empresas, o número de empresas constituídas aumentou substancialmente, face a igual período do ano anterior, e o número de insolvências registou um crescimento homólogo menos acentuado do que nos trimestres anteriores.

A constituição de empresas, no primeiro trimestre de 2011, registou um crescimento homólogo significativo, invertendo a tendência de decréscimo observada nos últimos trimestres (Quadro 6). Na Região Centro foram criadas 1.947 novas empresas, no primeiro trimestre de 2011, correspondendo a um incremento de 11,0%, face a igual período do ano anterior, variação, no entanto, inferior à verificada em Portugal (18,9%).

À semelhança do que tem vindo a suceder desde o segundo trimestre de 2010, as sociedades não financeiras portuguesas voltaram a registar, em termos reais, uma diminuição homóloga dos empréstimos concedidos pelas instituições de crédito (-6,0%), desta vez, mais acentuada do que nos trimestres anteriores. Na Região Centro observou-se igualmente uma tendência de redução que, embora menos expressiva do que a nacional, resultou no maior decréscimo homólogo real dos últimos 2 anos (-5,1 %).

<sup>17</sup> De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

<sup>18</sup> A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as acções de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: *Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência*. O total de acções de insolvência inclui estas quatro classificações.

Na Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, foi atingido o valor mais elevado dos últimos anos de crédito vencido<sup>17</sup> em relação ao total do crédito concedido pelas instituições financeiras (5,7%). Também Portugal voltou a atingir o valor máximo dos últimos anos (5,0%).

No primeiro trimestre de 2011, as acções de insolvência<sup>18</sup> continuaram a aumentar face ao trimestre homólogo. Contudo, houve um abrandamento no ritmo de crescimento, tendo as variações homólogas atingido 24,2% em Portugal e 20,3% na Região Centro, valores substancialmente inferiores aos verificados em igual período do ano anterior.

**Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras**  
(variação homóloga real)



**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido**



Quadro 6 – Empresas

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	10.947	7.275	6.615	7.529	9.204	7.656	7.683	
	v. h. (%)	18,9	-2,2	-6,0	0,8	4,8	-0,3	-12,6	
Região Centro	número	1.947	1.333	1.224	1.374	1.754	1.421	1.427	
	v. h. (%)	11,0	-3,6	-7,1	-1,7	9,0	-0,4	-7,5	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	119.444	118.993	122.997	123.776	122.470	122.059	122.607	
	v. h. real (%)	-6,0	-5,0	-1,6	-0,7	0,2	-1,8	5,2	
Região Centro	milhões €	18.644	18.612	18.878	19.150	18.940	18.895	18.858	
	v. h. real (%)	-5,1	-4,1	-2,4	0,1	1,8	-1,2	6,8	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	5,0	4,5	5,0	4,6	4,4	4,8	3,9	
Região Centro	%	5,7	5,0	5,6	4,8	4,5	5,2	4,2	
Acções de Insolvência									
Portugal	número	1.621	1.432	1.257	1.498	1.305	1.373	956	
	v. h. (%)	24,2	27,6	39,7	64,1	46,8	43,6	46,9	
Região Centro	número	320	310	261	290	266	282	192	
	v. h. (%)	20,3	42,2	32,5	50,3	66,3	46,7	50,0	

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

**No primeiro trimestre de 2011, a evolução das entradas e saídas apresentou tendências opostas. Na Região Centro, verificou-se, em termos homólogos e reais, um decréscimo das saídas e um crescimento das entradas, conduzindo ao agravamento da balança comercial regional. Em Portugal verificou-se a situação inversa.**

No primeiro trimestre de 2011, em Portugal registou-se um crescimento homólogo real<sup>19</sup> nas saídas de bens que atingiu 8,3% (Quadro 7). O aumento mais significativo verificou-se na saída de bens destinados ao mercado comunitário, a qual evidenciou uma variação homóloga real de 9,2%. A evolução das saídas da Região Centro contrastou com a nacional uma vez que se observou, em termos reais, um recuo de 5,0% neste movimento de bens das empresas sediadas na região. Esta inversão na tendência de crescimento homólogo real das saídas regionais foi motivada pelo decréscimo nas transacções com o mercado comunitário (-8,5%). Já relativamente ao mercado extra-comunitário foi visível um crescimento real de 5,5%, face ao primeiro trimestre de 2010.

Na Região Centro, a maioria das secções da Nomenclatura Combinada consideradas<sup>20</sup> apresentou um decréscimo homólogo real da saída de bens, no primeiro trimestre de 2011. A secção “Pastas de madeira e papel” registou a redução mais expressiva (-46,0%), claramente contrastando com a tendência de crescimento homólogo real que tinha vindo a evidenciar nos trimestres anteriores. Em situação oposta, apresentando, em termos reais, uma significativa recuperação face a igual período do ano anterior encontrava-se a saída de bens das “Indústrias químicas e conexas” (65,6%).

<sup>19</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

<sup>20</sup> As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 7 – Comércio Internacional de Bens – Saídas\*

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	10.132,6	9.726,7	9.228,1	9.148,0	8.659,4	9.190,6	7.924,2
	v. h. real (%)	8,3	8,7	8,5	11,2	12,8	10,3	- 14,4
Intra-comunitárias	milhões €	7.739,3	7.296,9	6.819,8	6.897,6	6.559,0	6.893,3	5.973,1
	v. h. real (%)	9,2	8,2	8,8	9,9	12,1	9,7	- 13,3
Extra-comunitárias	milhões €	2.393,3	2.429,8	2.408,3	2.250,5	2.100,5	2.297,2	1.951,1
	v. h. real (%)	5,5	10,3	7,5	15,5	15,1	11,9	- 17,4
Região Centro	milhões €	1.795,4	1.949,0	1.807,6	1.906,5	1.749,8	1.853,2	1.617,0
	v. h. real (%)	- 5,0	5,9	6,0	14,1	10,1	9,0	- 11,1
Intra-comunitárias	milhões €	1.341,9	1.471,8	1.383,7	1.485,8	1.357,0	1.424,6	1.253,5
	v. h. real (%)	- 8,5	3,0	5,0	13,8	10,9	8,0	- 13,6
Extra-comunitárias	milhões €	2.393,3	2.429,8	2.408,3	2.250,5	2.100,5	428,7	363,5
	v. h. real (%)	5,5	10,3	7,5	15,5	15,1	12,1	- 1,4
<b>Totais (intra + extra-comunitárias)</b>								
Produtos animais	v. h. real (%)	3,4	17,8	1,7	3,7	13,1	9,5	- 4,7
Produtos vegetais	v. h. real (%)	- 17,5	7,3	3,0	- 16,2	2,3	0,5	25,8
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	- 4,3	3,9	7,6	14,9	- 1,0	6,6	14,3
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	65,6	17,7	- 8,3	- 0,6	- 2,6	2,1	9,3
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	- 0,1	11,8	19,4	68,9	62,1	36,8	- 3,9
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	- 1,9	- 4,7	- 6,4	- 4,2	0,1	- 3,8	- 14,6
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 46,0	12,6	19,7	28,0	10,8	17,6	6,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	1,1	9,0	- 0,2	2,6	- 2,5	2,2	- 13,6
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 7,6	- 0,3	0,7	1,6	2,6	1,2	- 10,6
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	- 16,6	- 13,1	1,1	21,1	24,7	7,3	- 15,2
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 0,4	6,3	8,2	4,0	- 1,6	4,2	- 16,3
Material de transporte	v. h. real (%)	8,3	14,1	9,8	13,6	23,1	15,1	- 28,1

\* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos e os apresentados para 2010 e 2011 são dados preliminares (revisados trimestralmente).

Em relação à entrada de bens, no primeiro trimestre de 2011, constatou-se uma trajectória inversa à das saídas. Enquanto em Portugal se registou um decréscimo homólogo real de produtos provenientes do exterior, que atingiu -1,7%, no primeiro trimestre de 2011, na Região Centro observou-se um aumento real de 1,6% (Quadro 8). A variação real registada traduziu-se no abrandamento do ritmo de crescimento que as entradas da região tinham vindo a apresentar no decurso do ano anterior. O acréscimo homólogo real da importação de bens extra-comunitários (18,3%) foi importante na evolução das entradas regionais, uma vez que as entradas provenientes da União Europeia evidenciaram um decréscimo homólogo real (-1,6%).

Apesar do crescimento homólogo real das entradas da Região Centro, no primeiro trimestre de 2011, e à semelhança do ocorrido ao nível das saídas, várias secções da Nomenclatura Combinada consideradas, apresentaram decréscimos, face a igual período do ano anterior. As entradas das “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” (-31,3%) e de “Produtos vegetais” (-17,1%) destacaram-se por apresentarem as reduções mais significativas. Em sentido oposto, evidenciando, tal como no trimestre anterior, o maior crescimento homólogo real, salientaram-se as entradas de “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (35,6%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens – Entradas\*

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	14.403,5	15.367,1	13.705,7	14.707,5	13.272,7	14.263,3	12.844,6
	v. h. real (%)	- 1,7	3,4	0,1	11,5	7,9	5,7	- 11,5
Intra-comunitárias	milhões €	10.865,1	11.957,7	10.217,4	10.999,9	10.029,6	10.801,1	10.094,0
	v. h. real (%)	- 1,9	2,2	- 4,5	7,4	2,0	1,8	- 7,0
Extra-comunitárias	milhões €	3.538,4	3.409,5	3.488,4	3.707,6	3.243,2	3.462,1	2.750,6
	v. h. real (%)	- 1,2	7,5	16,9	25,4	31,2	19,8	- 24,8
Região Centro	milhões €	1.517,8	1.596,8	1.454,4	1.539,4	1.352,8	1.485,8	1.346,3
	v. h. real (%)	1,6	5,9	4,5	6,1	3,1	5,0	- 15,2
Intra-comunitárias	milhões €	1.234,5	1.331,9	1.187,3	1.245,7	1.135,8	1.225,2	1.152,7
	v. h. real (%)	- 1,6	1,8	- 1,9	2,0	2,4	1,1	- 12,9
Extra-comunitárias	milhões €	283,4	265,0	267,1	293,6	216,9	260,7	193,6
	v. h. real (%)	18,3	32,7	46,7	27,9	7,1	28,1	- 27,0
<b>Totais (intra + extra-comunitárias)</b>								
Produtos animais	v. h. real (%)	- 4,8	- 2,7	- 19,2	15,1	3,0	- 1,3	- 5,4
Produtos vegetais	v. h. real (%)	- 17,1	14,3	30,8	- 19,3	- 4,0	1,7	- 7,2
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	- 31,3	- 23,5	- 4,6	- 19,0	- 4,1	- 13,2	17,8
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	17,5	26,4	8,3	37,5	8,2	19,4	- 1,5
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	12,7	8,8	20,3	8,0	17,6	13,6	- 9,0
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	35,6	37,6	22,8	55,3	18,4	33,9	- 8,4
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 12,4	- 3,6	- 1,2	0,5	- 4,3	- 2,1	- 1,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	- 8,5	3,4	6,5	- 2,5	- 1,1	1,7	- 8,1
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 2,3	- 8,2	13,2	1,2	- 5,0	0,0	- 19,0
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	4,0	7,9	13,5	25,2	17,9	15,9	- 28,4
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 2,6	2,5	- 4,0	- 12,4	- 19,7	- 8,6	- 26,9
Material de transporte	v. h. real (%)	- 1,7	2,6	12,7	18,1	29,9	15,0	- 21,0

\* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos e os apresentados para 2010 e 2011 são dados preliminares (revistos trimestralmente).

## TURISMO

O sector turístico revelou sinais de abrandamento no primeiro trimestre de 2011. Por um lado, os acréscimos homólogos verificados nos hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros foram mais ligeiros do que em trimestres anteriores. Por outro lado, os proveitos totais e de aposento evidenciaram um decréscimo real face a igual período de 2010, invertendo a tendência dos últimos trimestres.

O número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros portugueses evidenciou, no primeiro trimestre de 2011, um crescimento face a igual período do ano anterior, de 2,1%, o qual consistiu no menor aumento desde o final de 2009 (Quadro 9). Na Região Centro o acréscimo homólogo foi superior ao verificado em Portugal, tendo atingido 3,4%. Desta forma, o número de hóspedes alojados nos estabelecimentos hoteleiros da região, no primeiro trimestre de 2011, ascendeu a 129 mil.

Ao nível das dormidas, foi igualmente visível um crescimento homólogo, no primeiro trimestre de 2011. No entanto, agora mais elevado a nível nacional (1,9%) do que regional (0,5%). Em ambos os casos, o acréscimo ocorrido tem manifestado uma tendência decrescente nos últimos trimestres. Comparativamente com as variações homólogas registadas no primeiro trimestre de 2010, o crescimento homólogo em Portugal foi ligeiramente superior enquanto que para a Região Centro foi significativamente inferior.

No primeiro trimestre de 2011, o número médio de noites que cada hóspede passou nos estabelecimentos hoteleiros de Portugal (2,6 noites) e da Região Centro (1,6 noites) manteve-se idêntico ao registado em igual período do ano anterior.

Apesar do crescimento verificado ao nível dos hóspedes e dormidas, os proveitos de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros, quer em Portugal quer na região Centro, registaram um decréscimo homólogo real, no primeiro trimestre de 2011, que se situou em -4,4% em Portugal e em -3,9% na Região Centro. Também a o nível dos proveitos totais foi constatada uma redução homóloga real. Estas reduções no valor dos proveitos totais e de aposento inverteram as variações registadas nos trimestres anteriores, denotando alguma contenção nas despesas com alojamento por parte dos turistas.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	795	950	1.567	1.226	779	1.130	1.077
	v. h. (%)	2,1	4,2	7,6	2,5	4,4	4,9	-3,9
Região Centro	milhares	129	158	248	192	125	181	170
	v. h. (%)	3,4	5,4	8,6	3,4	6,1	6,1	-2,8
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	2.028	2.363	4.855	3.276	1.990	3.121	3.038
	v. h. (%)	1,9	3,4	6,6	-2,4	1,8	2,7	-7,1
Região Centro	milhares	207	273	481	347	206	327	312
	v. h. (%)	0,5	2,6	6,4	2,2	7,3	4,6	-3,4
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,6	2,5	3,1	2,7	2,6	2,8	2,8
Região Centro	n.º noites	1,6	1,7	1,9	1,8	1,6	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	92.588	116.365	236.393	157.482	95.186	151.357	146.996
	v. h. real (%)	-6,2	2,5	4,5	-1,5	0,9	3,0	-9,5
Região Centro	milhares €	9.838	13.691	22.790	16.338	9.962	15.695	14.924
	v. h. real (%)	-4,8	4,5	4,2	2,6	6,2	5,2	-4,7
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	60.154	75.156	168.913	105.171	60.657	102.474	99.171
	v. h. real (%)	-4,4	3,1	4,7	-1,4	1,0	3,3	-9,4
Região Centro	milhares €	6.020	8.110	14.742	9.717	6.036	9.651	9.117
	v. h. real (%)	-3,9	6,0	4,4	2,3	8,4	5,9	-4,0

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O sector da construção denotou sinais de recuperação, no primeiro trimestre de 2011, mais evidentes na Região Centro do que em Portugal. Enquanto que ao nível do licenciamento de edifícios se registou um abrandamento da tendência de decréscimo homólogo, ao nível da conclusão de edifícios assistiu-se a um aumento homólogo significativo. Apesar disso, continuou a verificar-se, em termos reais, um decréscimo da avaliação bancária da habitação.

Os edifícios licenciados no primeiro trimestre de 2011, apesar de continuarem a registar decréscimos homólogos, mantiveram o abrandamento da tendência descendente (Quadro 10). Essa situação foi particularmente visível na Região Centro onde, no primeiro trimestre de 2011, se assistiu a uma diminuição homóloga nos edifícios licenciados de -3,9%, contrastando com o valor de -8,3% atingido no trimestre anterior. Não obstante, no primeiro trimestre de 2011, as licenças para a construção de novos edifícios para habitação familiar sofreram um decréscimo de 7,7% e os respectivos fogos uma diminuição de 35,1%, face a igual período do ano anterior.

Ao nível dos edifícios concluídos, no primeiro trimestre de 2011, verificou-se um grande aumento em relação a igual período do ano anterior, acentuando a tendência de crescimento homólogo registada no quarto trimestre de 2010. Na Região Centro, este crescimento homólogo incidiu especialmente nos edifícios destinados à habitação familiar (40,3%), em particular na sua vertente de construções novas (39,7%) e respectivos fogos (43,6%).

O índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação acentuou a tendência inflacionista que tem vindo a apresentar, tendo registado, no primeiro trimestre de 2011, um crescimento homólogo que, no Continente, se situou em 2,4% e na Região Centro em 3,9%.

Quadro 10 – Construção e Habitação

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
<b>Edifícios licenciados</b>								
<b>Portugal</b>	n.º	6.489	6.386	6.917	7.336	7.133	6.943	7.647
	v. h. (%)	- 9,0	- 9,2	- 10,9	- 7,9	- 8,8	- 9,2	- 21,5
<b>Região Centro</b>	n.º	2.127	2.055	2.173	2.302	2.214	2.186	2.405
	v. h. (%)	- 3,9	- 8,3	- 11,6	- 8,3	- 8,1	- 9,1	- 16,7
para habitação familiar	n.º	1.335	1.297	1.379	1.564	1.427	1.417	1.570
	v. h. (%)	- 6,4	- 13,0	- 13,5	- 2,2	- 10,5	- 9,7	- 21,1
Construções novas – Edifícios	n.º	1.444	1.428	1.472	1.671	1.498	1.517	1.610
	v. h. (%)	- 3,6	- 8,3	- 10,1	2,5	- 7,2	- 5,8	- 23,0
para habitação familiar	v. h. (%)	- 7,7	- 14,9	- 12,2	8,2	- 7,6	- 6,7	- 24,9
<b>Edifícios concluídos*</b>								
<b>Portugal</b>	n.º	9.138	8.799	8.334	7.564	7.190	7.972	8.564
	v. h. (%)	27,1	5,6	- 8,3	- 9,3	- 15,4	- 6,9	- 11,8
<b>Região Centro</b>	n.º	2.937	2.831	2.621	2.368	2.115	2.484	2.592
	v. h. (%)	38,9	8,2	- 4,2	- 5,2	- 15,9	- 4,2	- 10,7
para habitação familiar	n.º	2.187	2.122	1.962	1.754	1.559	1.849	1.933
	v. h. (%)	40,3	11,2	- 5,2	- 5,7	- 17,7	- 4,3	- 14,5
Construções novas – Edifícios	n.º	2.209	2.154	2.021	1.805	1.599	1.895	2.003
	v. h. (%)	38,1	9,0	- 6,5	- 6,5	- 17,7	- 5,4	- 13,6
para habitação familiar	v. h. (%)	39,7	12,3	- 7,0	- 6,5	- 17,9	- 4,8	- 16,4
<b>Novos fogos para habitação familiar – Região Centro</b>								
Licenciados	v. h. (%)	- 35,1	- 28,0	- 7,0	27,3	9,9	- 0,4	- 31,8
Concluídos*	v. h. (%)	43,6	11,5	2,5	- 6,2	- 20,2	- 2,8	- 15,3
<b>Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação</b>								
Continente	v. h. (%)	2,4	1,5	1,2	0,6	0,6	1,0	1,9
Região Centro	v. h. (%)	3,9	3,1	2,7	1,5	1,7	2,3	1,7
<b>Avaliação bancária da habitação</b>								
<b>Portugal</b>	€/m <sup>2</sup>	1.141,0	1.131,7	1.151,0	1.168,7	1.172,0	1.155,8	1.142,8
	v. h. real (%)	- 6,2	- 4,5	- 1,5	1,9	3,3	- 0,2	n.d.
<b>Região Centro</b>	€/m <sup>2</sup>	955,0	945,7	964,3	973,3	977,7	965,3	947,4
	v. h. real (%)	- 5,8	- 4,2	- 1,0	2,6	4,8	0,5	n.d.

n.d. - não disponível

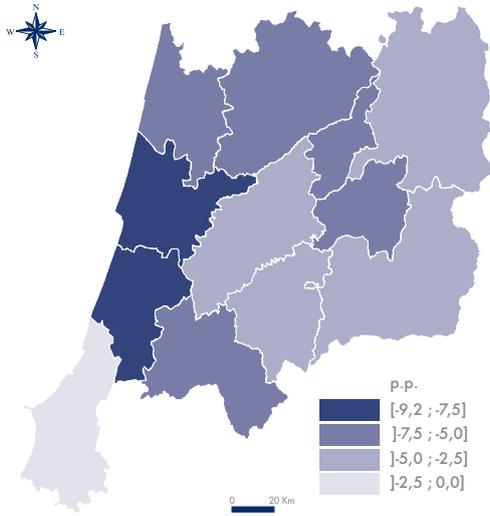
\*Os valores utilizados correspondem a dados provisórios estimados.

A avaliação bancária de imóveis para habitação voltou a evidenciar um decréscimo homólogo real, no primeiro trimestre de 2011, continuando a trajectória que se tem vindo a assistir nos últimos trimestres. Esta diminuição foi mais expressiva em Portugal (-6,2%) do que na Região Centro (-5,8%), tendo o valor da avaliação bancária da habitação atingido, a nível nacional, 1.141€/m<sup>2</sup> e, a nível regional, 955€/m<sup>2</sup>.

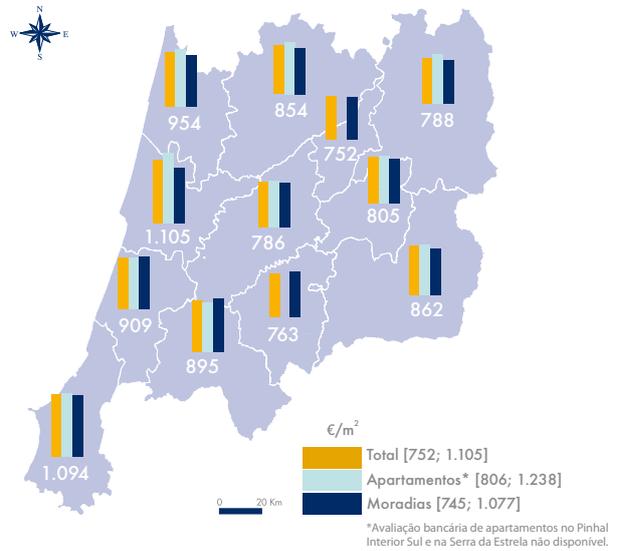
Das 12 NUTS III que compõem a Região Centro, apenas o Baixo Mondego e o Oeste registaram, no primeiro trimestre de 2011, avaliações superiores à média regional, quer no total das habitações quer ao nível dos apartamentos. Já na avaliação bancária das moradias para além das sub-regiões mencionadas, também o Médio Tejo apresentou um valor superior ao valor médio da Região Centro (916€/m<sup>2</sup>). Neste trimestre, os menores valores da avaliação bancária da habitação continuaram a ser identificados na Serra da Estrela e no Pinhal Interior Sul.

No primeiro trimestre de 2011, contrariamente ao verificado em trimestres anteriores, todas as NUTS III da Região Centro registaram um decréscimo homólogo real no valor da avaliação bancária da habitação. Contudo, no Oeste a variação homóloga real foi praticamente nula. No extremo oposto, com os maiores decréscimos homólogos reais, destacam-se o Baixo Mondego (-9,2%) e o Pinhal Litoral (-7,8%).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2011



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2011



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

No primeiro trimestre de 2011, acentuou-se o crescimento homólogo que o Índice de Preços no Consumidor tem vindo a registar. Na Região Centro, essa variação atingiu 4,4% enquanto que em Portugal os preços aumentaram 3,7% face a igual período do ano anterior. No que respeita à evolução do consumo privado, os indicadores analisados, apontam no sentido de alguma retracção no primeiro trimestre de 2011.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) evidenciou, no primeiro trimestre de 2011, um crescimento homólogo significativo, comparativamente com as variações registadas nos trimestres anteriores, em parte justificado pelo acréscimo ocorrido na taxa normal de IVA (Quadro 11). Na Região Centro esse aumento foi mais expressivo do que em Portugal, tendo atingido 4,4%. A nível regional, os maiores crescimentos homólogos, ocorreram nas classes dos “Transportes” (9,9%), da “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (8,2%) e das “Bebidas alcoólicas e tabaco” (7,5%), as quais têm vindo a revelar uma tendência inflacionista cada vez mais acentuada. No caso dos “Transportes” a variação ocorrida triplicou face à verificada em igual período do ano anterior. A classe “Vestuário e calçado” foi a única a registar um decréscimo homólogo (-4,1%).

Quadro 11 – Preços

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	3,7	2,4	1,9	1,0	0,3	1,4	- 0,8
Região Centro	v. h. (%)	4,4	2,7	2,1	1,1	0,3	1,5	- 1,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,5	2,9	2,1	- 1,5	- 4,4	- 0,3	- 3,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	7,5	5,8	4,8	3,5	4,6	4,7	3,7
Vestuário e calçado	v. h. (%)	- 4,1	0,1	1,0	- 0,3	- 0,3	0,1	- 3,2
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	8,2	7,5	6,9	6,2	4,4	6,3	1,6
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,5	0,8	0,7	0,3	0,8	0,6	1,3
Saúde	v. h. (%)	3,4	- 1,7	- 1,5	- 1,5	- 2,6	- 1,8	- 1,4
Transportes	v. h. (%)	9,9	5,8	3,7	4,2	3,3	4,2	- 4,1
Comunicações	v. h. (%)	3,4	- 1,9	- 1,9	- 2,8	- 1,5	- 2,0	- 1,1
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,8	0,3	0,9	- 0,2	- 0,2	0,2	0,1
Educação	v. h. (%)	0,9	0,8	1,3	1,2	1,3	1,2	2,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,9	1,2	0,8	0,8	0,7	0,9	2,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,1	0,5	0,1	- 0,4	0,1	0,1	2,1

No primeiro trimestre de 2011, os indicadores considerados como aproximação ao consumo privado dos agentes económicos apontam no sentido de alguma retracção. Face ao período homólogo, a maioria das variáveis apresentou um decréscimo (Quadro 12). Apenas as compras em terminais de pagamento automático e, no caso da Região Centro, também os pagamentos em caixas automáticas registaram um crescimento homólogo real.

A contenção no consumo privado, no primeiro trimestre de 2011, foi mais evidente em Portugal do que na Região Centro. Apenas as importações intra-comunitárias de bens de consumo regionais apresentaram um decréscimo real, face a igual período do ano anterior, mais acentuado (-14,3%) do que as nacionais (-8,6%).

Quadro 12 – Consumo Privado

		1T11	4T10	3T10	2T10	1T10	2010	2009
		média trimestral						
Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo <sup>1</sup>								
Portugal	v. h. real (%)	- 8,6	- 5,9	- 7,6	- 2,4	- 2,0	- 4,6	9,4
Região Centro	v. h. real (%)	- 14,3	- 5,2	- 9,9	- 3,4	- 0,1	- 4,7	- 3,2
Assinantes do serviço de televisão <sup>2</sup>								
Portugal	v. h. (%)	n.d.	9,7	11,2	11,8	11,9	11,1	9,2
Região Centro	v. h. (%)	n.d.	14,3	16,2	16,7	17,3	16,1	13,3
Receitas de cinema								
Portugal	v. h. real (%)	- 3,6	- 4,9	17,7	- 1,2	27,5	9,9	6,5
Região Centro	v. h. real (%)	- 3,6	- 10,8	22,3	- 3,6	36,9	10,7	12,0
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	- 4,0	- 0,3	1,4	3,1	2,8	1,7	2,2
Região Centro	v. h. real (%)	- 3,2	0,6	2,0	- 2,1	2,9	0,9	4,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	- 1,0	- 0,3	- 1,9	2,4	4,1	0,9	2,3
Região Centro	v. h. real (%)	1,0	1,8	- 1,1	- 5,5	3,1	- 0,6	5,1
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	0,1	6,9	12,5	14,8	13,8	11,8	4,7
Região Centro	v. h. real (%)	1,9	10,0	16,0	20,7	17,7	15,8	6,1

n.d. - não disponível

<sup>1</sup> As importações intra-comunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.<sup>2</sup> Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

Até ao final de Março de 2011, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 10.402 projectos individuais de investimento na Região Centro que representavam um investimento total de 7,9 mil milhões de euros e 3,8 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. Desta forma, a região concentrava 26,3% do total de fundos comunitários do QREN aprovados no país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, tinham sido aprovados 2.072 operações individuais, até esta data, a que correspondia uma comparticipação de FEDER de 1,1 mil milhões de euros. A taxa de execução no Mais Centro voltou a registar um importante aumento no primeiro trimestre do ano, fixando-se em 19,2%, ou seja, quase quatro vezes superior à taxa registada em final de Março de 2010.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

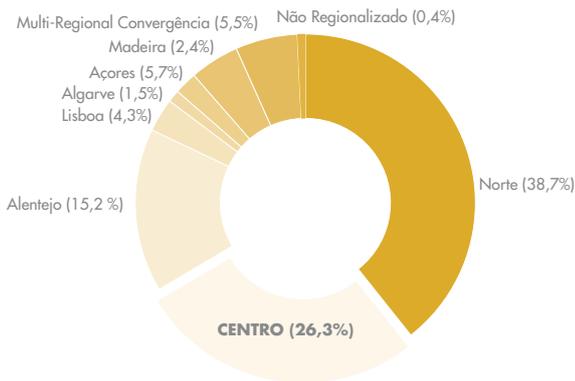
O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

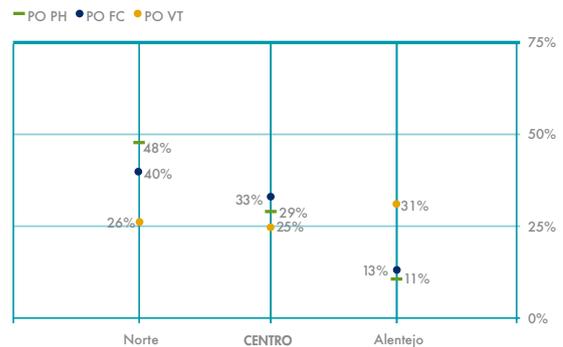
A distribuição dos fundos comunitários do QREN pelas regiões portuguesas evidenciava que a Região Centro continuava, até esta data, como a segunda maior beneficiária destes fundos, concentrando 26,3% do total de fundos distribuídos no país. As três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo) concentravam, em conjunto, 80,2% do total de fundos comunitários aprovados no âmbito dos vários programas do QREN, o que resultava de um peso de 72% nos programas operacionais regionais; 88% no PO PH; 86% no PO FC e 82% no PO VT.

**Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região (31 de Março de 2011)**



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 11", pág. 15

**Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (31 de Março de 2011)**



<sup>21</sup> Nesta publicação, apenas a informação respeitante a candidaturas aprovadas contabiliza como unidades de análise os Programas de Acção (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas), ou seja, as operações individuais que fazem parte integrante destes Programas de Acção não estão isoladamente consideradas. Toda a restante informação apresentada neste capítulo do Boletim Trimestral não considera os Programas de Acção mas contabiliza as operações concretas que os integram.

No âmbito do total do QREN, foram aprovadas 10.402 operações<sup>21</sup>, até ao final de Março de 2011, relativas a projectos de investimento de promotores da Região Centro (Quadro 13). Estes projectos implicavam uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 3,8 mil milhões de euros e alavancavam um investimento total de cerca de 7,9 mil milhões de euros, originando um efeito multiplicador dos fundos comunitários na região de 2,1 (por cada euro de fundos comunitários atribuídos a projectos da região é gerado um investimento nessa mesma região de 2,1 euros).

Relativamente às aprovações do QREN na Região Centro por Programa Operacional, à data de 31 de Março de 2011, verificava-se o predomínio de fundos comunitários aprovados no PO PH (31,7%) e no Mais Centro (28,8%), à semelhança do que vinha ocorrendo nos trimestres anteriores.

No Mais Centro, até ao final do primeiro trimestre de 2011, tinham sido aprovadas 2.072 operações individuais que alavancavam um investimento total na região de 1.902 milhões de euros participado com fundo comunitário FEDER em 1.088 milhões de euros. O valor total de fundo aprovado na Região Centro, no âmbito das operações aprovadas no Mais Centro, representava 22,5% do total de fundo FEDER aprovado na totalidade dos programas operacionais regionais do país.

**Quadro 13 – O QREN na Região Centro (31 de Março de 2011)**

		REGIÃO CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	10.402	2.072	6.847	1.305	178
Investimento (custo) total	milhões €	7.927	1.902	1.769	3.271	986
	% do total nacional	29,8	22,2	28,5	43,8	23,1
Investimento (custo) elegível	milhares €	7.060	1.602	1.769	2.774	916
	% do total nacional	29,6	21,9	28,5	43,1	0,2
Fundo comunitário	milhões €	3.782	1.088	1.200	814	680
	% do QREN (total) da região	100,0	28,8	31,7	21,5	18,0
	% do total nacional	26,3	22,5	28,7	32,8	24,5

No final do primeiro trimestre de 2011, 64% das verbas do Mais Centro estavam comprometidas para financiamento das operações aprovadas, resultando num acréscimo de 7,1 p.p. face ao final de 2010.

A despesa realizada pelos promotores dos investimentos e validada pelo Mais Centro era, no final de Março de 2011, no valor de 454,4 milhões de euros de investimento elegível, tendo aumentado 83,5 milhões de euros relativamente ao final de 2010. Quanto ao volume de despesa validada de fundo comunitário

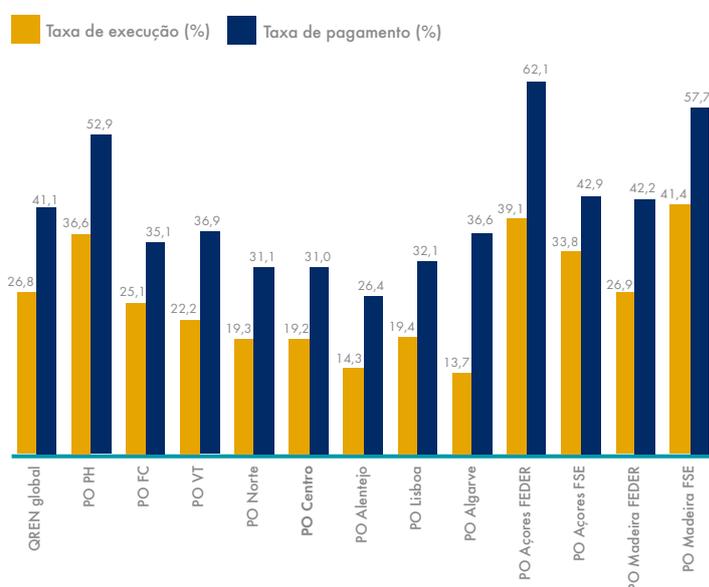
FEDER, considerada para efeitos de execução, esta atingia, até esta data, 325,9 milhões de euros (mais 64,6 milhões de euros do que em final de Dezembro de 2010). Este valor de despesa validada de fundo comunitário representava assim 19,2% da dotação de fundo FEDER previsto executar até 2015, registando de novo um importante aumento face aos trimestres anteriores e sendo quase quatro vezes superior à taxa registada em igual período do ano anterior (4,9% em Março de 2010). A Região Centro mantinha-se assim bem posicionada em termos de execução relativamente às restantes regiões do Continente.

Já no que respeita à realização das operações aprovadas no Mais Centro, a Região Centro continuava como a região de convergência com maior taxa de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado), tendo atingido, a 31 de Março de 2011, 29,9%, o que significa um aumento de 2,9 pontos percentuais face ao final de 2010.

Os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, ascendiam a 336,9 milhões de euros. Este valor aumentou 51,8 milhões de euros face ao final do ano de 2010, reflectindo-se no incremento da taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) para 31,0%. Estes pagamentos aos beneficiários do Mais Centro eram superiores ao valor da despesa validada de FEDER devido ao valor dos adiantamentos, o que se reflectia numa taxa de reembolso ligeiramente superior a 100% (103,4%).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		Março 2011	Dezembro 2010	Setembro 2010	Junho 2010	Março 2010
<b>Execução Financeira</b>						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	454,4	370,9	294,5	200,8	113,8
Fundo comunitário	milhões €	325,9	261,3	203,1	140,6	83,0
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	336,9	285,1	220,1	157,5	98,0
<b>Indicadores financeiros</b>						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	64,0	56,9	64,8	59,5	51,7
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	19,2	15,4	11,9	8,3	4,9
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	29,9	27,0	18,4	13,9	9,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	31,0	29,5	20,0	15,6	11,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	103,4	109,1	108,3	112,1	118,1

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (31 de Março de 2011)

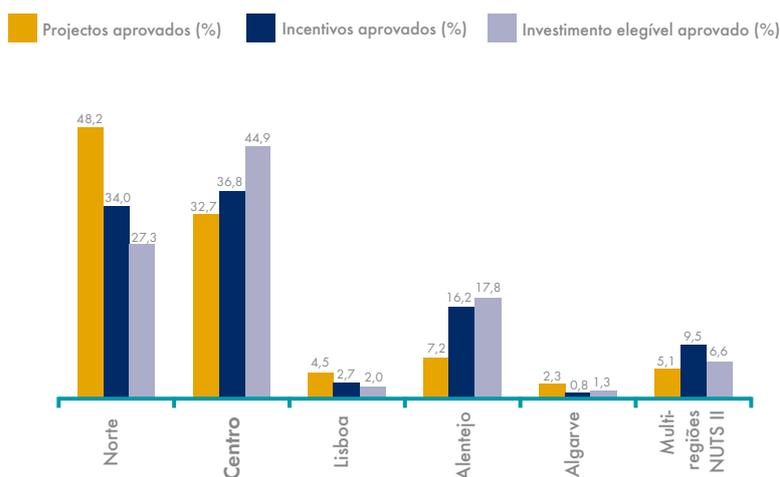


A Região Centro tem evidenciado, todos os trimestres, relativamente às restantes regiões do Continente, um posicionamento muito favorável na Agenda temática da Competitividade, no âmbito do QREN, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

Até 31 de Março de 2011, foram apoiados 1.566 projectos de empresas da Região Centro através dos Sistemas de Incentivos. Estes projectos regionais representavam 32,7% do total de projectos de empresas apoiados no Continente. Nesta data, o volume de incentivos aprovados ascendia a 913 milhões de euros, ou seja, 36,8% do montante total de incentivos aprovados. Em termos do investimento elegível aprovado, a região concentrava 44,9% do total de aprovações. Praticamente desde o início do QREN, a Região Centro mantinha-se como a região do Continente com maior valor de investimento elegível e de incentivos aprovados.

Tal como nos trimestres anteriores, o peso dos incentivos às empresas aprovados na região era superior ao peso do número de projectos aprovados, indiciando assim que estes projectos apresentavam uma elevada dimensão média em termos de montante de incentivo envolvido por projecto.

#### Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de Março de 2011)

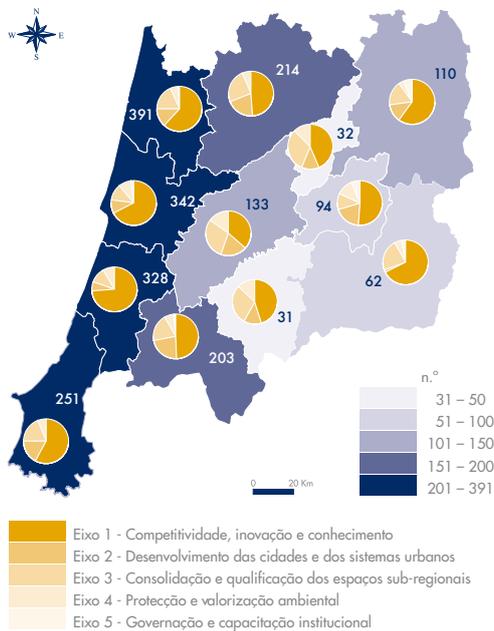


Até 31 de Março de 2011, as sub-regiões com maior número de operações aprovadas no âmbito do Mais Centro estavam localizadas na faixa litoral da Região Centro: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste. Estas quatro sub-regiões concentravam cerca de 59% do número total de operações aprovadas. Já relativamente ao fundo comunitário aprovado para estas operações, destacavam-se o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, que concentravam 36,6% do valor total de fundo comunitário aprovado no Programa Regional. Com valores ainda importantes de FEDER atribuído a operações aprovadas encontravam-se o Oeste, o Médio Tejo e o Pinhal Litoral. No conjunto, estas cinco sub-regiões referidas concentravam cerca de 69,7% do total de FEDER aprovado na Região Centro até 31 de Março de 2011.

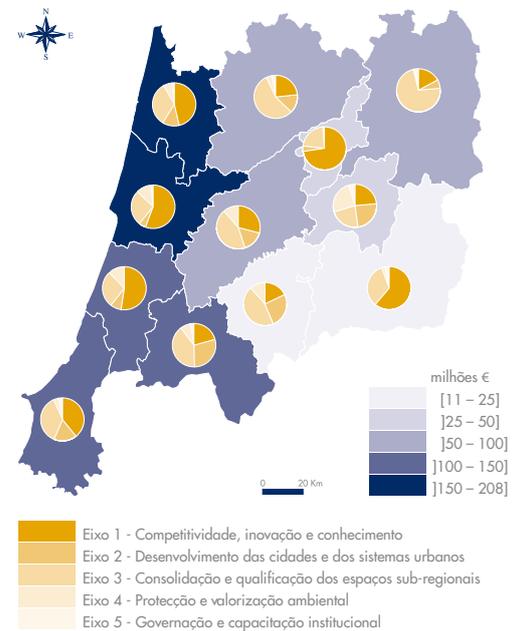
Na região observava-se uma maior concentração de FEDER aprovado nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Em termos de fundo comunitário aprovado, o eixo 1 era o mais importante nas quatro sub-regiões da costa litoral em conjunto com a Serra da Estrela e a Beira Interior Sul. Os projectos de Protecção e valorização ambiental (eixo 4) apenas eram mais relevantes na Cova da Beira. Já nas restantes cinco sub-regiões o eixo com maior valor de fundo aprovado era a Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3).

Relativizando o fundo comunitário aprovado pela população residente em cada uma das sub-regiões destacava-se a importância do Baixo Mondego, da Beira Interior Norte e da Serra da Estrela. Este indicador apresentava ainda valores relevantes para o Médio Tejo e para o Pinhal Interior Norte. Relativizando agora o fundo comunitário aprovado pelo número de operações aprovadas no Mais Centro, os maiores valores eram registados nas mesmas sub-regiões que no indicador anterior. A Serra da Estrela tem tido particular destaque neste indicador ao longo dos vários trimestres analisados uma vez que resulta do facto de nesta NUTS III existirem poucos projectos aprovados mas que, individualmente, envolvem montantes elevados, nomeadamente projectos de iniciativa privada relativos ao eixo 1 do Programa Regional.

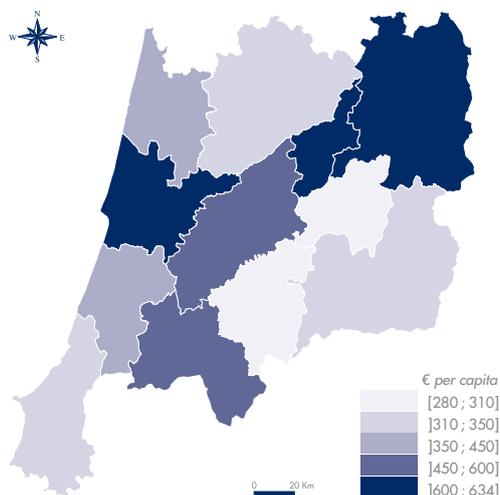
**Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro**  
(31 de Março de 2011)



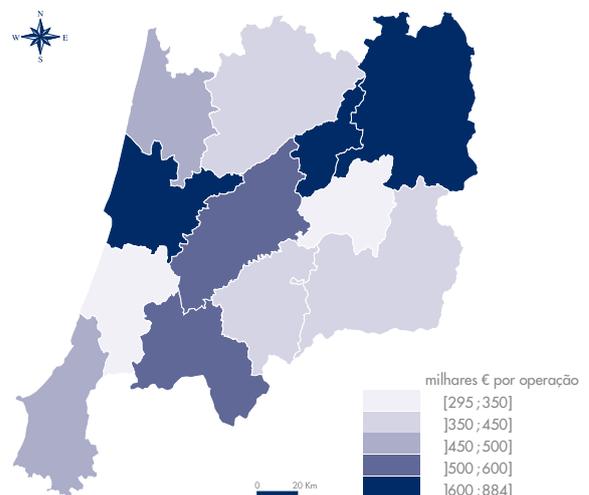
**Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro** (31 de Março de 2011)



**Fundo comunitário aprovado per capita no âmbito do Mais Centro** (31 de Março de 2011)



**Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro** (31 de Março de 2011)



## Projecto MIT–Mobilidade, Inovação e Território Concretizar a estratégia de cooperação Região Centro – Castilla y León

O projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território foi desenhado com o objectivo de promover a valorização de uma realidade territorial com relevância estratégica à escala ibérica e europeia, construindo uma plataforma de cooperação transfronteiriça e interregional envolvendo a Região Centro de Portugal e a Região de Castilla y León de Espanha.

A estratégia de cooperação Região Centro – Castilla y León, aprovada no III Plenário da Comunidade de Trabalho, onde foi também assinado um novo protocolo de cooperação entre a CCDRC e a Junta de Castilla y León, teve um impulso muito relevante do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP 2007-2013). Com a segunda convocatória, concluída em Março de 2011, foi aprovado um conjunto de 20 projectos que envolvem entidades da Região Centro, sendo que 10 concretizam directamente as principais apostas do projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território.

De facto, há uma forte continuidade territorial entre estas duas regiões, que partilham ainda uma posição privilegiada no contexto ibérico, assegurando a ligação entre Portugal/Espanha e a Europa e entre o noroeste peninsular e as capitais ibéricas. O respectivo território é atravessado por importantes infraestruturas de transportes – rodo e ferroviárias – que fazem a ligação entre Portugal e a Europa e entre as regiões do norte e noroeste da península (Norte de Portugal, Galiza, Cantábria, Astúrias, País Basco) e as capitais ibéricas – Lisboa e Madrid. Estas infraestruturas de transportes asseguram ainda a articulação entre os espaços mais dinâmicos das duas regiões: o litoral da Região Centro (Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu) e as principais cidades de Castilla y León (Salamanca, Valladolid, Burgos e León).

É com base nesta realidade partilhada pelas duas regiões – uma posição estratégica e infraestruturas de transportes de nível internacional -, devidamente reconhecida a nível europeu através da sua integração na Rede Transeuropeia de Transportes ( Eixo Multimodal Portugal/Espanha – Europa) e concretizada no «Corredor Irun-Portugal» que foi construído o projecto MIT - Mobilidade, Inovação e Território.

### Uma realidade territorial partilhada pelas duas regiões



O projecto MIT- Mobilidade, Inovação e Território tem por objectivo promover a valorização desta realidade territorial através do desenvolvimento da cadeia de valor das infraestruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção.

As múltiplas interrelações que estas infraestruturas de mobilidade estabelecem com o território potenciam a exploração de um leque variado de temáticas (Transportes e logística; Ordenamento do território; Indústria, comércio e serviços; Inovação e desenvolvimento tecnológico; Turismo; Ambiente e desenvolvimento sustentável), donde emergiu um «cluster de projectos», organizados em quatro plataformas de colaboração: facilidades no acolhimento empresarial (logística, incubação e empreendedorismo); acesso das empresas ao conhecimento e inovação (rede regional de conhecimento);

promoção da criatividade e atractividade urbanas (rede de cidades); rede de cooperação bem governada (rede de governança da cooperação territorial).

Aqueles 10 projectos seleccionados pelo POCTEP distribuem-se por estas quatro plataformas de colaboração, do seguinte modo:



Os 10 projectos envolvem 47 entidades (24 da Região Centro e 23 de Castilla y León): tratam-se de organismos da administração central, regional e local, universidades, centros de investigação e centros tecnológicos, incubadoras de empresas, associações empresariais e empresas públicas.

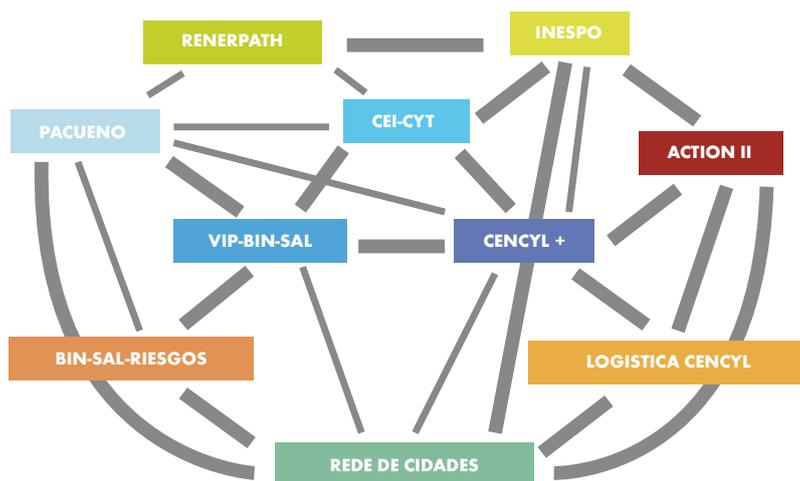
No total representam um investimento de 9,8 milhões de Euros e um apoio FEDER de 7,4 milhões de Euros, sendo fundamentalmente projectos de natureza imaterial, de cooperação e gestão conjunta de recursos e territórios.

Este conjunto de projectos apresenta não só uma forte aderência às linhas de força do projecto MIT – consubstanciadas nas quatro plataformas referidas – como uma elevada coerência interna. De facto são evidentes as articulações entre a rede de cidades e os temas da logística, das relações universidades-empresas, do turismo ou da eficiência energética em edifícios com valor patrimonial.

Da mesma forma são fortes as relações entre o tema dos transportes e a prevenção dos riscos tecnológicos associados ao transporte de materiais perigosos.

Finalmente, as estruturas permanentes de cooperação desenvolvem trabalho regular em áreas conexas com os restantes projectos.

Coerência interna dos projectos MIT:

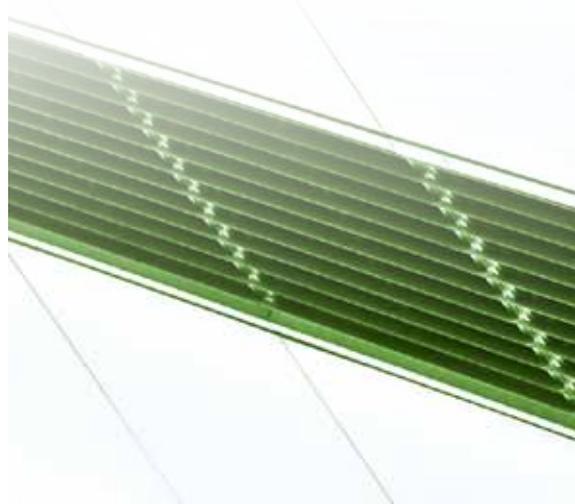


O conjunto de projectos referidos introduz ainda uma nova abordagem à dimensão territorial da cooperação transfronteiriça: há uma evolução de uma cooperação estritamente focalizada sobre os territórios próximos da fronteira para uma cooperação entre duas regiões. Os projectos permitem alavancar uma dinâmica de cooperação interregional que tem como retorno colocar no seu centro o espaço de fronteira.

A concretização destes projectos deverá, assim, contribuir para alcançar um novo patamar de integração, assente na densidade, qualidade e perenidade de formas de colaboração inter-institucional e inter-territorial entre a Região Centro e Castilla y León.

## Parceiros e objetivo principal dos 10 projectos aprovados que concretizam as principais apostas do MIT

Designação do projecto	Parceiros	Objectivo principal
<b>LOGISTICA_CENCYL:</b> Cooperación en Transportes y Logística en el Territorio Centro - Castilla y León	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ayuntamiento de Salamanca</li> <li>• Associação CYLOG</li> <li>• Câmara Municipal da Guarda</li> <li>• Câmara Municipal da Figueira da Foz</li> <li>• Administração do Porto de Aveiro/F. Foz</li> </ul>	Articular o funcionamento das plataformas logísticas do território CENCYL e fomentar as actividades logísticas e as relações empresariais entre as duas regiões.
<b>ACTION II:</b> Acções de Cooperação Transfronteiriça para a Inovação e Oportunidades de Negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação Rei Afonso Henriques</li> <li>• Agencia de Inversiones y Servicios de Castilla y León</li> <li>• Fundación Parque Científico de la Universidad de Salamanca</li> <li>• Fundación Parque Científico de la Universidad de Valladolid</li> <li>• Conselho Empresarial do Centro</li> <li>• Associação ParkUbis Incubação</li> <li>• Núcleo Empresarial da Região de Bragança</li> <li>• Associação Empresarial Trás-Os-Montes</li> <li>• Centro de Inovação de Trás-os-Monte e Alto Douro</li> </ul>	Promover a cooperação transfronteiriça empresarial nos clusters transporte/ logística/ distribuição, agro-indústria/ alimentar, TICE e energias alternativas, e destas com entidades do sistema científico e tecnológico.
<b>BIN SAL RIESGOS II:</b> Prevención de Riesgos Beira Interior Norte - Provincia de Salamanca II	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diputación Provincial de Salamanca</li> <li>• Consejería de Interior y Justicia de la Junta de Castilla y León</li> <li>• Associação de Municípios Cova da Beira</li> <li>• Autoridade Nacional de Protecção Civil. CDOS da Guarda</li> </ul>	Articular a protecção conjunta do espaço transfronteiriço e a capacidade de intervenção na abordagem aos riscos naturais e tecnológicos.
<b>INESPO:</b> Rede de transferência de conhecimento universidade-empresa - Região Centro de Portugal - Castilla y León	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade da Beira Interior</li> <li>• Universidade de Aveiro</li> <li>• Universidade de Coimbra</li> <li>• Conselho Empresarial do Centro</li> <li>• Fundación G de la Univ. de Salamanca</li> <li>• Fundación G. de la Univ. de León</li> <li>• Fundación G. de la Univ. de Valladolid</li> <li>• Univ. Pontificia de Salamanca</li> </ul>	Criar uma rede de cooperação transfronteiriça entre os agentes do Sistema Científico Tecnológico para fomentar a transferência tecnologia, potenciando o espírito empreendedor e a criação de empresas de base tecnológica.
<b>RENERTH:</b> Metodología de rehabilitación energética de edificios patrimoniales	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundación CARTIF</li> <li>• Ente Regional de la Energía de Castilla y León</li> <li>• Fundación Ciudad Rodrigo</li> <li>• Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro</li> <li>• Associação dos Centros Tecnológicos de Portugal</li> </ul>	Estabelecer uma metodologia de reabilitação energética, baseada na conjugação de técnicas inovadoras e não intrusivas para a análise energética, aplicáveis a edifícios com valor patrimonial de uso público ou privado.
<b>REDE CIDADES CENCYL:</b> Redes de Cidades Sustentáveis CENCYL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Município da Guarda</li> <li>• Município de Aveiro</li> <li>• Município de Coimbra</li> <li>• Município da Figueira da Foz</li> <li>• Município de Viseu</li> <li>• Ayuntamiento de Salamanca</li> <li>• Ayuntamiento de C. Rodrigo</li> <li>• Ayuntamiento de Valladolid</li> <li>• Ayuntamiento de Burgos</li> <li>• Ayuntamiento de M. del Ebro</li> </ul>	Reforçar a capacidade de afirmação e a competitividade das cidades CENCYL no contexto dos Países Ibéricos e da Europa, fomentando a qualidade de vida dos seus habitantes e dos habitantes dos territórios envolventes.
<b>PACUENO:</b> Producto turístico de carácter cultural y paisajístico con eje en la enogastronomía	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirección General de Turismo de Castilla y León</li> <li>• Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal</li> <li>• Pólo de Turismo da Serra da Estrela</li> </ul>	Promover conjuntamente o aproveitamento turístico dos recursos do património enogastronómico das regiões Centro e Castilla y León e promover o património natural, urbano e cultural do espaço transfronteiriço.
<b>CEI_C&amp;T:</b> Centro de Estudos Ibéricos – Cooperação e Território: conhecimento, cultura e coesão territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Estudos Ibéricos</li> <li>• Universidade de Salamanca</li> <li>• Município da Guarda</li> </ul>	Promover o conhecimento e a qualificação do território de fronteira, através da investigação e divulgação técnica e científica e de iniciativas de cooperação sócio-culturais e educativas.
<b>VIP BIN SAL:</b> Afirmar la Beira Interior Norte - Provincia de Salamanca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diputación de Salamanca</li> <li>• Associação de Municípios da Cova da Beira</li> </ul>	Consolidar um quadro de cooperação que facilite a integração dos territórios raianos e dinamize o tecido produtivo e a coesão social.
<b>CENCYL +:</b> Apoyo a la Comunidad de Trabajo Castilla y León - Centro de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirección General de Relaciones Institucionales y Acción Exterior – Junta de Castilla y León</li> <li>• Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro</li> </ul>	Promover as regiões de Castilla y León e do Centro de Portugal como um espaço de cooperação consolidado, orientado para uma nova geração de políticas e iniciativas de cooperação transfronteiriça.



# [DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

## REGIÃO CENTRO: UM TERRITÓRIO DIVERSIFICADO UMA ANÁLISE POR NUTS III

A Região Centro é constituída por um território bastante heterogéneo, revelando características bastante díspares em termos populacionais, sociais, culturais, económicos e ambientais. Dada a diversidade da região, considerou-se importante caracterizá-la através da contextualização das várias sub-regiões no panorama da Região Centro e possibilitando, simultaneamente, a sua comparação. A Região Centro, definida de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002<sup>22</sup> de 5 de Novembro, é composta por 100 municípios, os quais estão agrupados em 12 sub-regiões NUTS III: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela.



<sup>22</sup> A análise efectuada não incorpora a alteração introduzida pela Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto em que o município de Mação passou a integrar a unidade territorial do Médio Tejo.

<sup>23</sup> Assim, por exemplo, no indicador "Proporção de casamentos católicos", o valor da Região Centro era de 47,7% enquanto que no Serra da Estrela era de 54,9%. Isto significa que aquela NUTS III apresentava, em índice, um valor de 115 face à referência regional 100, ou seja, que se encontrava 15% acima da média da Região Centro.



A análise e confronto das NUTS III da Região Centro foi efectuada com recurso a vários indicadores que se apresentam sob a forma de índices relativizados face ao valor médio regional, que se considerou ser 100, para mais facilmente se aferir o posicionamento relativo das várias sub-regiões. Desta forma, não foram considerados os valores directamente obtidos dos indicadores utilizados, evidenciando as variáveis apresentadas percentagens relativas à média regional. Assim, quando o indicador ultrapassa 100 denota que a sub-região se posiciona acima da média da Região Centro, sucedendo o inverso, ou seja, ficando aquém da média regional, quando o valor assumido não atingir 100<sup>23</sup>. Refira-se, no entanto, que nem sempre o facto de uma sub-região apresentar um indicador com um valor acima da média regional reflecte uma melhoria da sua posição relativa. Existem indicadores que traduzem constrangimentos (como é o caso do “Índice de Envelhecimento”, o qual evidencia o peso da população idosa comparativamente com o da população jovem), sendo vantajoso que os valores representados pelos mesmos sejam reduzidos.

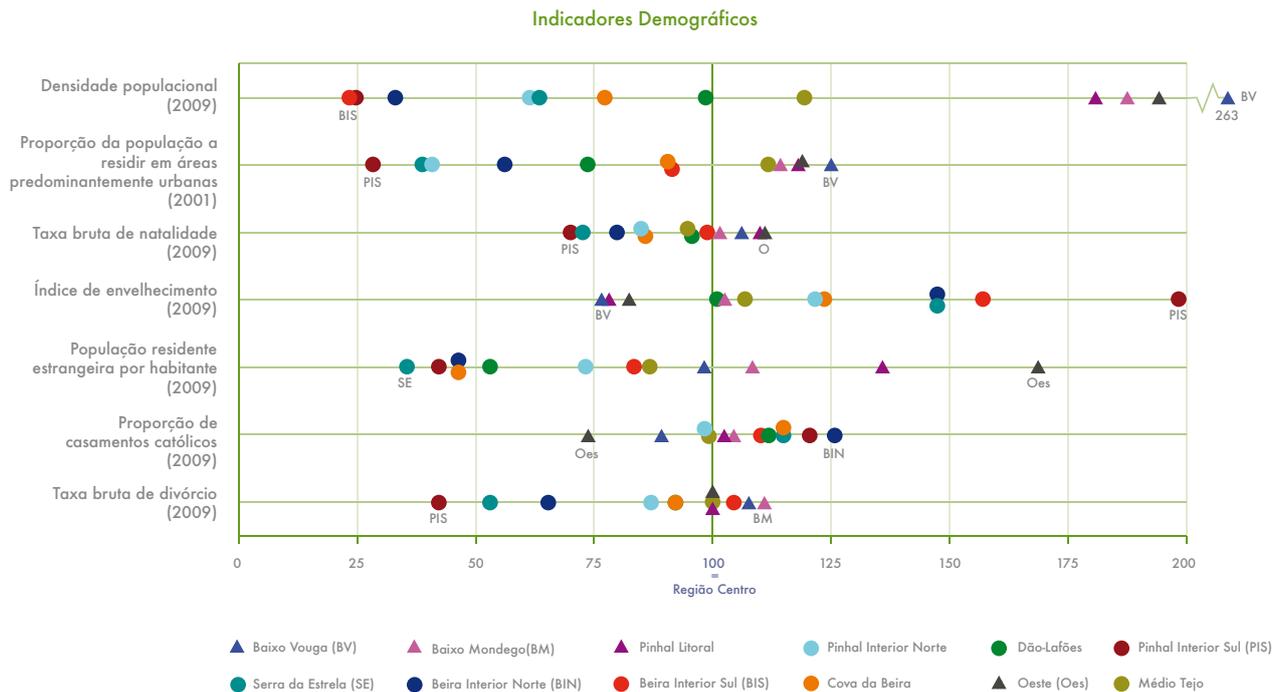
A realidade intra-regional foi caracterizada a partir de quatro perspectivas: demográfica, social, económica e ambiental. Para cada uma delas foi seleccionado um conjunto de indicadores em função da sua pertinência para o estudo comparativo entre as NUTS III da Região Centro. Uma vez que se pretende aferir sobre a diversidade das sub-regiões, a escolha dos indicadores, para além de ter sido condicionada pela sua disponibilidade sub-regional, teve também em consideração a sua variabilidade. Desta forma, as variáveis apresentadas não esgotam a análise que poderia ser efectuada.

### **Em termos demográficos é possível constatar uma clara dicotomia entre o interior e o litoral da Região Centro...**

As NUTS III localizadas na faixa litoral (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste) evidenciavam uma concentração populacional superior à média da região. Os seus habitantes caracterizavam-se por serem mais jovens e encontrarem-se mais concentrados em áreas predominantemente urbanas do que a população da Região Centro em termos globais, registando igualmente, com excepção do Baixo Vouga, um maior peso de estrangeiros residentes do que a média regional. Em situação oposta, com uma densidade populacional inferior à da Região Centro e um maior envelhecimento da população, avaliado por índices de envelhecimento acima do regional e taxas brutas de natalidade aquém das verificadas na região, encontravam-se as NUTS III do interior: Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira. Apesar de em todas estas sub-regiões se constatar um menor peso das populações em áreas urbanas era no Pinhal Interior Sul, na Serra da Estrela e no Pinhal Interior Norte que esta característica se tornava mais evidente, pelo facto do peso da população a residir em áreas predominantemente urbanas ser inferior a metade do verificado para a Região Centro, de acordo com os Censos de 2001.

As sub-regiões Médio Tejo e Dão-Lafões encontravam-se numa posição intermédia, surgindo em alguns indicadores em vantagem comparativa face à média da região e noutros em desvantagem, sem, contudo, evidenciarem desvios muito significativos face a essa média.

No que respeita aos indicadores demográficos que revelam padrões culturais das populações, não eram perceptíveis especificidades territoriais. Ainda assim reconhece-se um maior conservadorismo das NUTS III do Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Beira Interior Norte, onde se registavam as maiores discrepâncias face ao valor médio regional, no sentido de uma menor taxa bruta de divórcio e simultaneamente de uma maior proporção de casamentos católicos.



**Indicadores Demográficos**

**Densidade populacional (Hab./Km²):** População residente total / Área total em Km²

**Proporção da população a residir em áreas predominantemente urbanas (%):** População a residir em áreas predominantemente urbanas / População residente total x 100

**Taxa bruta de natalidade (‰):** Nados vivos / População média x 1000

**Índice de envelhecimento (N.º):** População residente com 65 ou mais anos / População residente dos 0 aos 14 anos x 100

**População residente estrangeira por habitante (N.º):** População estrangeira com estatuto legal de residente / População média

**Proporção de casamentos católicos (%):** Casamentos católicos / Total de casamentos x 100

**Taxa bruta de divórcio (%):** Divórcios / População média x 100

**...contraste menos perceptível ao nível dos indicadores de carácter social**

Em termos sociais, optou-se por abordar aspectos relacionados com a educação, a saúde, a protecção social, a cultura e a segurança. De um modo genérico, é possível afirmar que o contraste entre o litoral e o interior, perceptível nos indicadores demográficos apresentados, suavizou-se no contexto social.

Assim, relativamente à educação e nomeadamente ao peso que os alunos do ensino secundário representavam nos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, verificou-se que a Beira Interior Sul e o Baixo Mondego se

encontravam bastante acima da média regional. Ainda assim, o Baixo Mondego era a sub-região que se destacava pois aliava uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário 30% superior à média regional, a uma taxa de retenção e desistência no ensino básico significativamente abaixo da Região Centro, o que já não se verificava com a Beira Interior Sul. Esta sub-região, apesar de registar a maior proporção de estudantes do ensino secundário na população dos 15 aos 17 anos, apresentava das mais elevadas taxas de retenção e desistência da região. A situação menos favorável era evidenciada pelo Oeste uma vez que conjugava das mais baixas taxas brutas de escolarização no ensino secundário (83% da média regional) com a mais elevada taxa de retenção e desistência do ensino básico.

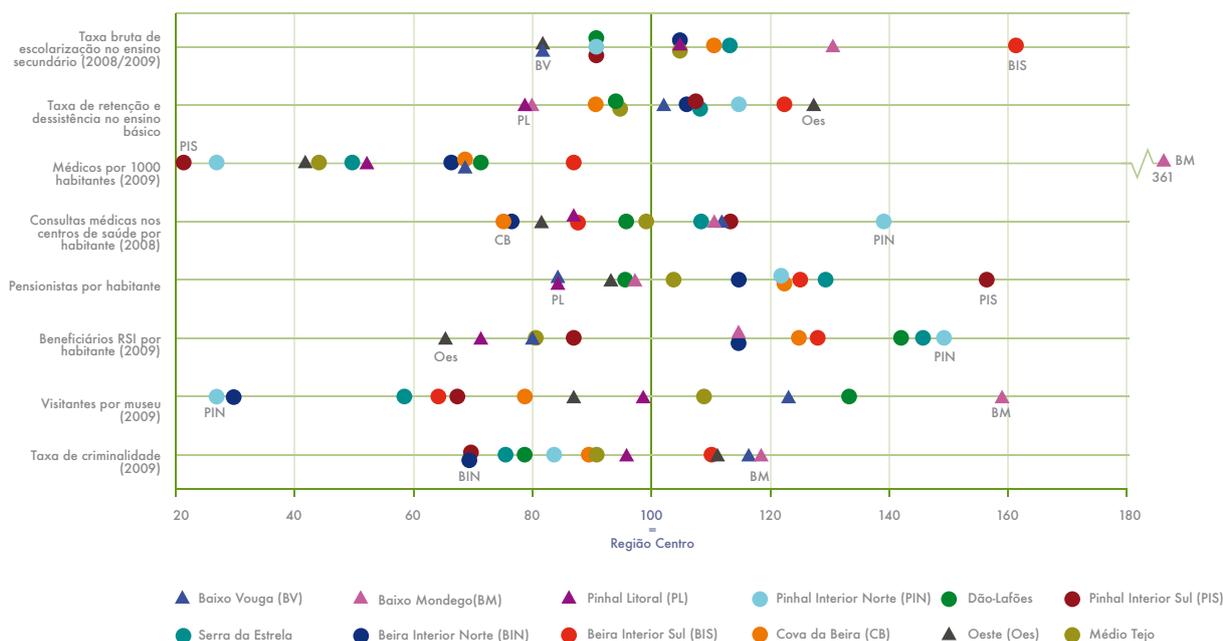
Do ponto de vista da saúde há igualmente que destacar a NUTS III do Baixo Mondego, para a qual o valor assumido pelo indicador médicos por habitante fez empolar a média regional, condicionando todas as outras sub-regiões a evidenciarem um rácio inferior ao da Região Centro. Esta situação, possivelmente decorrente do facto de cerca de um terço dos hospitais da região (incluindo dois hospitais centrais) se localizarem nesta sub-região, poderá de igual modo explicar a posição mais modesta do Baixo Mondego ao nível das consultas nos centros de saúde por habitante, que, ainda assim, se situaram acima da média regional. De facto, no Pinhal Interior Norte, onde não existiam hospitais públicos, registou-se um número de consultas nos centros de saúde por habitante superior às restantes NUTS III.

Para aferir sobre a posição relativa das diversas sub-regiões em termos de protecção social foram utilizados os indicadores número de pensionistas e beneficiários do rendimento social de inserção, ambos relativizados pela população residente. Se o primeiro está bastante relacionado com a estrutura demográfica das sub-regiões dado que os pensionistas por velhice eram muito representativos no total de pensionistas, o segundo prende-se com questões de carência económica extrema. Desta forma se compreende que as sub-regiões mais envelhecidas, localizadas no interior da Região Centro, sejam também aquelas que apresentavam um rácio de pensionistas por habitante mais elevado e mais afastado da média regional, sendo de destacar o Pinhal Interior Sul. Ao nível dos beneficiários do rendimento social de inserção por habitante ficou evidente, uma vez mais, a dicotomia entre o litoral e o interior da Região Centro. Assim, com excepção do Baixo Mondego, todas as NUTS III do litoral apresentavam um indicador inferior à média regional (em mais de 20%) e a maioria das NUTS III do interior um rácio bastante superior ao valor da Região Centro.

A Região Centro é detentora de uma importante diversidade e identidade cultural. Atendendo ao indicador número de visitantes por museu, é perceptível a existência de uma grande disparidade na dinâmica cultural das várias sub-regiões (nomeadamente do Baixo Mondego por oposição às sub-regiões do Pinhal Interior Norte e da Beira Interior Norte). Refira-se, no entanto, que este indicador não capta a plenitude das atracções culturais do território, na medida em que a Região Centro possui várias aldeias históricas, aldeias de xisto, uma multiplicidade de bens imóveis culturais, diversas bibliotecas, galerias de arte e espaços de exposições temporárias que não foram consideradas na análise.

No que respeita à segurança das populações assume-se a existência de uma relação entre a criminalidade e os grandes agregados populacionais urbanos, nos quais subsistem diversas situações de exclusão social. A realidade sub-regional da Região Centro enquadrava-se neste contexto. Desta forma, não é de estranhar que as sub-regiões que apresentavam das maiores taxas de criminalidade registassem, simultaneamente, uma maior proporção de residentes em áreas predominantemente urbanas (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Oeste e Pinhal Litoral). De igual modo, a Beira Interior Norte, o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela que, como se viu, apresentavam um peso de residentes em áreas predominantemente urbanas bastante inferior ao da média regional, registavam taxas de criminalidade que não atingiam 75% da média da Região Centro.

## Indicadores Sociais



## Indicadores Sociais

**Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%):** Alunos matriculados no ensino secundário / População residente dos 15 aos 17 anos x 100

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%):** Efectivos escolares que permaneceram, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) / Alunos que iniciaram o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) x 100

**Médicos por 1000 habitantes (N.º):** Médicos (de acordo com a sua residência) / População residente total x 1000

**Consultas médicas nos centros de saúde por habitante (N.º):** Consultas médicas realizadas nos centros de saúde / População média

**Pensionistas por habitante (N.º):** Pensionistas / População média

**Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) por habitante (N.º):** Beneficiários do RSI / População média

**Visitantes por museu (N.º):** Visitantes de museus / Total de museus

**Taxa de criminalidade (%):** Crimes registados pelas autoridades policiais / População residente total x 1000

## Evidências de um maior desenvolvimento económico nas sub-regiões do litoral

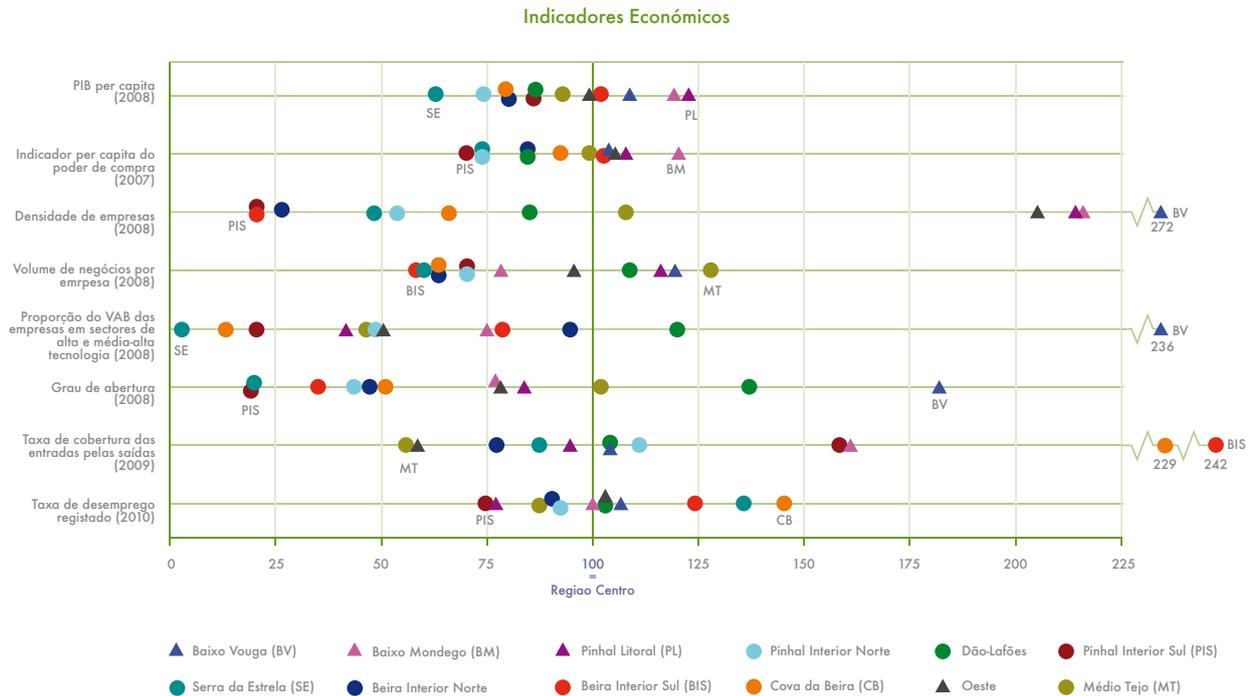
Em termos económicos, de acordo com os indicadores considerados, observa-se a existência de alguma dualidade na Região Centro, com as NUTS III do litoral a denotarem um maior desenvolvimento económico do que as sub-regiões do interior. Todas as NUTS III da faixa litoral, com excepção do Oeste, apresentavam um nível de produção, medido através do PIB *per capita*, superior à média regional e todas evidenciavam um maior poder de compra do que a média da Região Centro. Ao nível da densidade de empresas por km<sup>2</sup> a dicotomia entre litoral e interior acentua-se. Nas sub-regiões do litoral a densidade de empresas era mais do dobro da média regional (sendo de destacar o Baixo Vouga por o número de empresas por quilómetro quadrado quase triplicar o valor da Região Centro). Todas as NUTS III do interior, com excepção do Médio Tejo, não atingiam os valores médios da região, destacando-se o distanciamento do Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul onde o indicador não atingia 30% da média regional.

A dualidade atrás evidenciada esbate-se um pouco quando se atenta a outro indicador de actividade empresarial: o volume de negócios por empresa. Neste caso registava-se uma maior aproximação dos níveis entre as várias sub-regiões, deixando de existir o predomínio das NUTS III do litoral no conjunto das sub-regiões posicionadas acima da média regional. Também a proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia denota algum atenuar da clivagem entre litoral e interior ao verificar-se a inexistência de destaque da maioria das NUTS III

do litoral. No entanto, não deixa de ser relevante a desproporção do valor máximo assumido pelo Baixo Vouga, que claramente se destacou das restantes, conduzindo a que a quase totalidade das NUTS III se posicionasse abaixo da média da região.

Relativamente às relações com o mercado internacional verifica-se que, apesar da existência de algumas dicotomias territoriais, existem sub-regiões do interior que se destacam no panorama da Região Centro. Assim, ao nível do grau de abertura constata-se que, para além do Baixo Vouga que apresentava o valor máximo para o indicador em questão e se encontrava bastante distanciado das outras sub-regiões, também Dão-Lafões e o Médio Tejo registavam valores superiores aos da média da Região Centro. Já as restantes NUTS III do interior, com excepção da Cova da Beira, não atingiam 50% da média regional. No que se refere à taxa de cobertura das entradas pelas saídas, o destaque vai para a Beira Interior Sul e para a Cova da Beira onde a relação entre as saídas e entradas de bens do estrangeiro era substancialmente superior à verificada para a Região Centro. No extremo oposto encontrava-se o Médio Tejo que, apesar de ter um relacionamento bastante intenso com o exterior, era mais consumidor de produtos importados.

No que respeita à taxa de desemprego registado não são visíveis padrões, identificando-se nas posições extremas NUTS III do interior da região. Por um lado, com maiores problemas ao nível do desemprego, destacavam-se a Cova da Beira e a Serra da Estrela por apresentarem valores do indicador superiores a 35% da média regional. Por outro lado, com a mais baixa taxa de desemprego registado evidenciava-se o Pinhal Interior Sul que apresentou um rácio 25% inferior ao evidenciado pela Região Centro.



#### Indicadores Económicos

**Produto Interno Bruto (PIB) per capita (euros):** PIB / População média

**Indicador per capita do poder de compra:** Poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, tendo por referência o valor nacional (PT = 100)

**Densidade de empresas (N.º/Km²):** Empresas sediadas / Área total em Km²

**Volume de negócios por empresa (milhares de euros):** Volume de negócios das empresas sediadas / Total de empresas sediadas

**Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%):** VAB das empresas sediadas com CAE-Rev.3 pertencente às divisões ou grupos 20, 21, 25.4, 26, 27, 28, 29, 30.2, 30.3, 32.5, 59, 60, 61, 62, 63, 72 / VAB das empresas sediadas x 100

**Grau de abertura (%):** Saídas e Entradas / PIB x 100

**Taxa de cobertura das entradas pelas saídas (%):** Saídas / Entradas x 100

**Taxa de desemprego registado (%):** Desempregados registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional / População média dos 15 aos 64 anos x 100

Os padrões económicos atrás identificados são consequência das actividades desenvolvidas nas diversas sub-regiões. Para a sua melhor compreensão, optou-se pela caracterização da especialização produtiva das diferentes NUTS III, em termos do peso que cada ramo de actividade representa no VAB sub-regional<sup>25</sup>, quebrando um pouco a lógica de apresentação da informação sob a forma de índice.

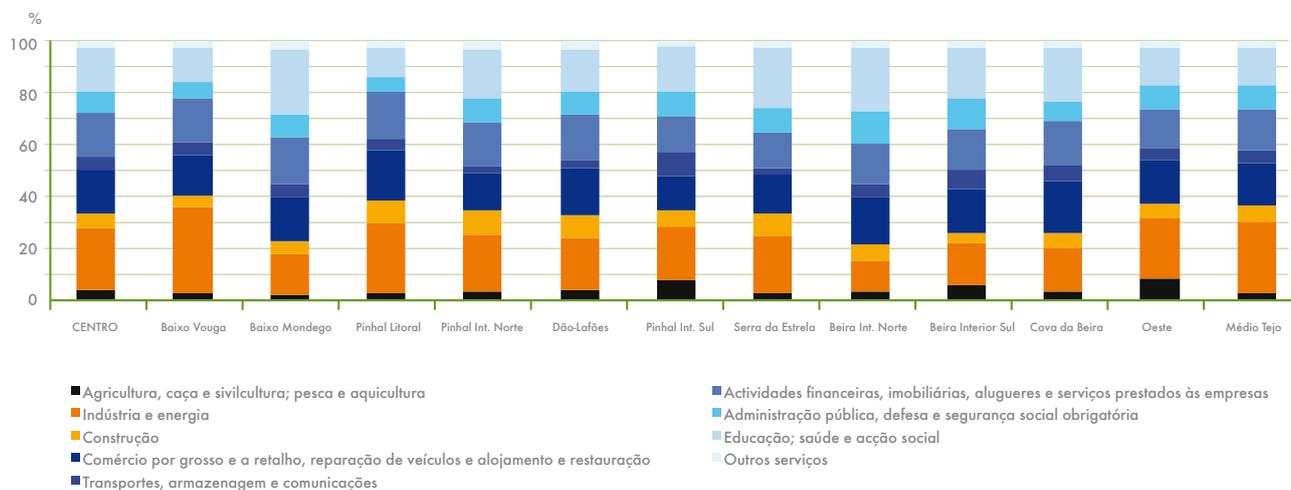
De acordo com este indicador, é possível constatar que o principal sector de actividade na Região Centro correspondia aos serviços. Cerca de 67% do VAB regional era proveniente deste sector. Também em todas as sub-regiões o VAB do sector terciário era dominante. Contudo, a Beira Interior Norte e o Baixo Mondego destacavam-se por apresentarem um peso dos serviços superior a 78%, sendo que mais de um quarto da riqueza gerada nessas sub-regiões provinha das actividades relacionadas com “Educação, saúde e acção social”. Ao nível do sector terciário, nas restantes NUTS III do interior também se assistia a uma preponderância das actividades referidas. Excepcionavam-se o Médio Tejo e Dão-Lafões onde, actividades de “comércio, reparação de veículos, restauração e alojamento” eram mais significativas.

A menor expressão dos serviços (abaixo dos 63%) era evidenciada pela maioria das NUTS III do litoral, com o “comércio, reparação de veículos, restauração e alojamento” a ter bastante peso no Pinhal Litoral (19%) e Oeste (17%) e as “Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” no Baixo Vouga (16%). Nesta sub-região, o peso da principal actividade do sector terciário deverá estar relacionada com a grande importância que a “indústria e energia” representava (34%). Este ramo era também significativo no VAB sub-regional do Pinhal Litoral e do Médio Tejo, em ambos os casos representando 27%, e do Oeste onde pesava 24%.

O sector agrícola e das pescas era pouco significativo na Região Centro. Ainda assim, com um peso bastante superior à média regional, destacavam-se o Oeste (8%) e o Pinhal Interior Sul (7%). Na maioria das restantes sub-regiões o contributo deste sector para a riqueza gerada não ultrapassava os 3%.

<sup>25</sup> À data da elaboração do presente artigo, a desagregação do VAB por ramo de actividade, ao nível sub-regional, apenas estava disponível na base 2000.

Estrutura do VAB por ramos de actividade e NUTS



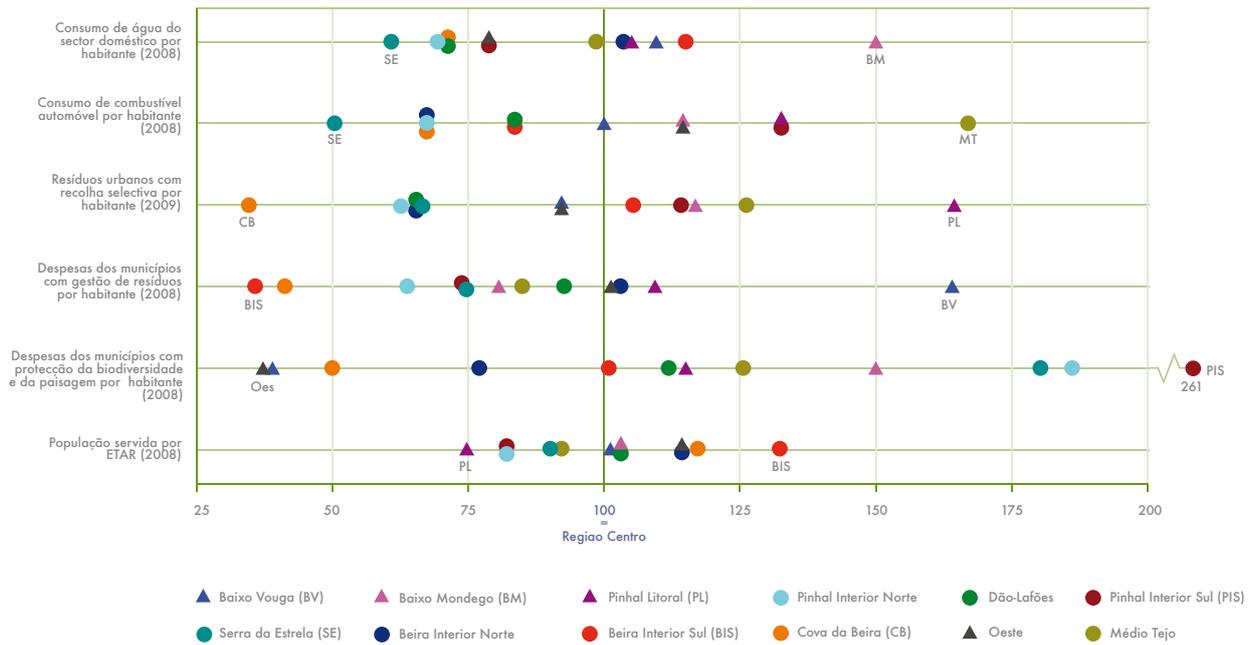
### **Estarão os comportamentos ambientais relacionados com a capacidade financeira das populações?**

Na selecção dos indicadores utilizados para a caracterização ambiental da região houve a preocupação com a escolha de rácios que reflectissem comportamentos e preocupações das populações face ao ambiente e outros que traduzissem as decisões dos órgãos públicos, nomeadamente das autarquias locais, no que respeita a esta temática.

Relativamente às melhores práticas ambientais, são de destacar os comportamentos das populações da Serra da Estrela no que respeita ao consumo de água e combustíveis para automóveis (na medida em estes consumos por habitante representavam, respectivamente, 61% e 50% da média regional) e ainda os da Cova da Beira e do Pinhal Interior Norte, por evidenciarem consumos bastante inferiores à média regional. Refira-se, no entanto, que estes dois indicadores relativos às preocupações ambientais das populações poderão também reflectir diferentes níveis de poder de compra das famílias. Analisando um terceiro indicador de atitude ambiental, a recolha selectiva de resíduos urbanos por habitante, constata-se que a prática seguida pelas populações das NUTS III referidas era ambientalmente pouco consistente, pois no caso da Cova da Beira os resíduos recolhidos através de recolha selectiva, por habitante, não chegavam a atingir 35% do valor recolhido na Região Centro. Já em compensação, o Pinhal Litoral, onde a recolha selectiva de resíduos urbanos por habitante superou em 66% a média regional, denotava um cuidado muito maior com a reciclagem. Refira-se que, muitas vezes, a maior ou menor facilidade de acesso aos pontos de recolha poderá condicionar a atitude ambiental das populações.

Da parte dos poderes autárquicos realça-se a preocupação dos municípios do Baixo Vouga com a gestão de resíduos, uma vez que despenderam, por habitante, um valor 65% superior à média da Região e, no que respeita à protecção da biodiversidade e da paisagem, o Pinhal Interior Sul (claramente destacado) e ainda as NUTS III do Pinhal Interior Norte e da Serra da Estrela, onde também os respectivos municípios efectuaram um esforço financeiro, por habitante, significativamente superior à média regional. Destaque, igualmente, para a Beira Interior Sul por registar a melhor cobertura populacional ao nível das estações de tratamento de águas residuais (ETAR), registando uma cobertura superior em mais de 30% ao que sucedia, em termos médios, na Região Centro.

Indicadores Ambientais



Indicadores Ambientais

**Consumo de água do sector doméstico por habitante (m<sup>3</sup>):** Consumo de água residencial e dos serviços / População média

**Consumo de combustível automóvel por habitante (tep<sup>26</sup>):** Consumo de combustível automóvel / População média

**Resíduos urbanos com recolha selectiva por habitante (ton.):** Resíduos urbanos recolhidos através de recolha selectiva / População média

**Despesas dos municípios com gestão de resíduos por habitante (milhares de euros):** Despesas dos municípios com gestão de resíduos / População média

**Despesas dos municípios com protecção da biodiversidade e da paisagem por habitante (milhares de euros):** Despesas dos municípios com protecção da biodiversidade e da paisagem / População média

**População servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) (%):** População servida por ETAR / População média x 100

<sup>26</sup> Tep – tonelada equivalente de petróleo.

# FONTES

## CONJUNTURA

### • Enquadramento Nacional:

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

### • Mercado de Trabalho:

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

### • Desemprego Registrado:

- IEFP - Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2010)

### • Empresas

- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
  - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
  - Empresas constituídas
  - Acções de insolvência

### • Comércio Internacional de Bens:

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, Tipo de Comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
  - I – Animais vivos e produtos do reino animal
  - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
  - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
  - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
  - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
  - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
  - XI – Matérias têxteis e suas obras
  - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
  - XV – Metais comuns e suas obras
  - XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
  - XVII – Material de transporte

### • Turismo:

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

### • Construção e Habitação:

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

### • Preços e Consumo Privado:

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Boletim Mensal de Estatística
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
  - Receitas de cinema
- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
  - Assinantes do serviço de televisão

### • Políticas Públicas na Região Centro:

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
  - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 9, 10 e 11
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

### • Projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território

- CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- INE - Anuário Estatístico da Região Centro (2008 e 2009)
- Contas Nacionais 2008 (base 2006)
- Contas Económicas Regionais 2008 (base 2000)
- Estatísticas dos Resíduos Municipais (2009)
- Estimativas Anuais da População Residente (2007, 2008, 2009 e 2010)
- Estudo sobre o poder de compra concelho 2007
- IEFP - Desemprego registado por concelho – estatísticas mensais

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2011 foi recolhida até ao dia 15 de Junho de 2011.

